

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RODRIGO DA SILVA SANTOS

**COESÃO, DISPERSÃO E VOTO CONFSSIONAL: ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2011-2013)**

**São Borja
2014**

RODRIGO DA SILVA SANTOS

**COESÃO, DISPERSÃO E VOTO CONFSSIONAL: ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2011-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Thiago Sampaio

**São Borja
2014**

RODRIGO DA SILVA SANTOS

**COESÃO, DISPERSÃO E VOTO CONFSSIONAL: ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA (2011-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 24 de março de 2014.

Banca examinadora:

Prof.º Dr.º Thiago Sampaio
Unipampa

Prof.º Dr.º Cláudio Damin
Unipampa

Prof.º Dr.º Evandro Ricardo Guindani
Unipampa

Dedico este trabalho a toda a minha família que nunca deixou de apoiar-me, em especial ao meu pai, seu Alcimar dos Santos, e minha mãe, dona Edilza Castro da Silva, que durante todos esses anos sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a Deus por conceder-me a capacidade cognitiva necessária para realizar este empreendimento.

A Universidade, técnico-administrativos e docentes, pela disponibilidade sempre presente em auxiliar-me.

A minha namorada, Márcia Batista, por toda a dedicação e paciência nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, Thiago Sampaio, pelos inestimáveis conselhos sem os quais esse trabalho não seria finalizado.

Aos meus pais, pelo amor e incentivo incondicional desde os meus primeiros passos.

E a todos aqueles que de alguma forma fizeram e fazem parte da minha formação.

Obrigado!

“Só se pode alcançar um grande êxito quando
nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O trabalho tem como objetivo, tomando como unidade de análise as votações em plenário, analisar o comportamento legislativo dos parlamentares que compõem a Bancada Evangélica durante a 54ª legislatura. Nesse artigo discutimos em que medida os parlamentares religiosos, conhecidos por se associarem aos mais diversos partidos, têm oferecido algum tipo de obstáculo às iniciativas da Presidência da República. Para isso, tal empreendimento consistiu na criação de um índice de coesão partidária e de vinculação ao governo, construído a partir da técnica de *data-mining* tendo como base as votações feitas pelos parlamentares no período 2011-2013. O que concluímos, segundo os modelos teóricos apresentados, foi que há uma tendência tênue por parte dos políticos confessionais em manter uma posição patogênica e egotrópica em relação ao funcionamento do processo legislativo.

Palavras-Chave: Comportamento – Evangélicos – Coesão.

ABSTRACT

The study aims, taking as the unit of analysis floor votes, analyze legislative behavior of representatives who make up the Evangelical bench during the 54th Legislature. In this paper we discuss to what extent the religious parliament, known to be associated with various parties, have offered some sort of obstacle to the President's initiatives. To do so, such an undertaking was the creation of an index of party cohesion and binding on the government, constructed from the data mining technique based on the votes made by Members in the period 2011-2013. What we concluded, according to the theoretical models presented, there was a faint tendency on the part of confessional political maintaining a pathogenic and egotrópica position in relation to the functioning of the legislative process.

Keywords: Behavior – Evangelicals - Cohesion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alternativas de comportamento de voto em relação à orientação do governo 35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – N° de Output e Input dos Parlamentares da FPE por Partidos entre os anos de 2011/2013	15
Quadro 2 – Panorama quantitativo das religiões de 1940 a 2000	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de Execução de Emendas Individuais de 2011 segundo a posição político-partidária em relação ao Executivo	9
Tabela 2 – Composição Religiosa atual da Bancada Evangélica (nº/%).....	36
Tabela 3 – Composição Partidária atual da Bancada Evangélica (nº/%)	38
Tabela 4 – Taxa Média de Apoio ao Governo por partido e FPE	41
Tabela 5 – Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões confessionais segundo Situação/Oposição e FPE	43
Tabela 6 – Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões confessionais segundo Partido e FPE	44
Tabela 7 – Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões seculares segundo os grupos que compõem a Frente Parlamentar Evangélica	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPE – Frente Parlamentar Evangélica
PR – Partido da República
PSC – Partido Social Cristão
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
DEM – Democratas
PV – Partido Verde
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PP – Partido Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partidos dos Trabalhadores
PSL – Partido Social Liberal
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
SDD – Solidariedade
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PEN – Partido Ecológico Nacional
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PPS – Partido Popular Socialista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A ARENA ELEITORAL E A ARENA LEGISLATIVA E ALGUNS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
2.1 MODELOS TEÓRICOS ACERCA DO COMPORTAMENTO LEGISLATIVO ..	6
2.2 PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DOS MODELOS	10
2.3 AXIOMAS COMPORTAMENTAIS DOS DIFERENTES GRUPOS RELIGIOSOS	11
2.4 LIMITAÇÕES DO TRABALHO.....	14
3 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A MATRIZ RELIGIOSA PROTESTANTE NO BRASIL COM ESPECIAL INTERESSE NO PENTECOSTALISMO.....	17
3.1 BREVE PANORÂMA QUANTITATIVO DOS EVANGÉLICOS	17
3.2 MATRIZ RELIGIOSA PROTESTANTE NO BRASIL	18
3.2.1 INVASÃO DOS FRANCESES	18
3.2.2 INVASÃO DOS HOLANDESES	19
3.3 PROTESTANTISMO NO BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)	19
3.4 PROTESTANTISMO NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	21
3.4.1 PENTECOSTALISMO	23
3.4.1.1 CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL.....	25
3.4.1.2 ASSEMBLEIA DE DEUS	27
3.5 DENOMINAÇÕES PENTECOSTAIS DA DÉCADA DE 50 E 60	28
3.6 OS NEPENTECOSTAIS DA DÉCADA DE 70, 80 E 90.....	31
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	33
4.1 METODOLOGIA.....	33
4.2 COMPOSIÇÃO RELIGIOSA E PARTIDÁRIA DA FPE.....	35
4.2.1 FILIAÇÃO RELIGIOSA	35
4.2.2 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	37
4.3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FPE SEGUNDO OS MODELOS EXPLICATIVOS.....	40
4.4 O TIPO DE COMPORTAMENTO ENTRE OS DIVERSOS GRUPOS RELIGIOSOS DENTRO DO CONGRESSO	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Nunca antes constatou-se tanto enfoque sobre temas morais nas campanhas eleitorais brasileiras quanto nessa última disputa eleitoral para presidente da República em 2010. A questão da descriminalização do aborto, sem dúvida, foi uma das principais discussões e preocupações da agenda dos partidos. Todavia, sem querer entrar no mérito das discussões de *agenda setting*, o fato de temas que interessam a um determinado público constarem no centro da campanha presidencial de maneira tão intensa revela, ainda que de maneira incipiente e indireta, a visibilidade que o crescimento de tal eleitorado de tipo confessional¹ (se tinha algum público interessando com essa questão, esses eram os religiosos) vem tendo diante do principal processo democrático: as eleições.

A realidade, porém, é mais profunda do que um simples reflexo em uma determinada campanha, ela vem de algum tempo, mais precisamente desde a redemocratização². De lá para cá, a participação cada vez mais incisiva por parte de denominações como Igreja Universal do Reino de Deus e, principalmente, Assembleia de Deus no processo eleitoral só aumentou, formando algo parecido com um ciclo de influência: onde quanto maior é o crescimento dos evangélicos, maior é o peso de suas demandas e, conseqüentemente, maior o número de interessados no capital político desse grupo. Mesmo alguns estudiosos afirmando que o crescimento não indicaria o início de um “retorno ao sagrado³”, o fato de questões morais permearem quase como pré-requisito institucional a agenda de alguns partidos demonstra, sem meias medidas, a força que esse segmento social vem angariando frente as principais organizações de poder.

Atualmente, até como reflexo do aumento significativo dos evangélicos no cenário demográfico nacional, a organização que mais vem conquistando espaço, poder e visibilidade midiática é a Frente Parlamentar Evangélica - FPE. Fundada em 2003, ela é formada conjuntamente pela participação de vários partidos e políticos unidos unicamente por comungarem dos mesmos valores, no caso, oriundos da tradição ocidental-cristã.

¹ De acordo com o Censo de 2010, os evangélicos no Brasil correspondem a aproximadamente 22,2% da população, ou seja, cerca de 42,2 milhões de indivíduos. (Dados: Censo IBGE 2010)

² Conforme o IBGE, os evangélicos têm seu crescimento registrado de maneira significativa a partir deste acontecimento.

³ [...] Esta conjunção de aprofundamento da religião como prática pessoal e desprivatização da religião como força social e política é muito mais frutífera como agenda para discussão do que o “retorno do sagrado” ou as querelas sobre a secularização se estamos pensando na relação entre religião e política. Se há alguma volta aqui, para efeito de discussão, é a da religião à esfera pública, uma penetração ou reabertura dos espaços públicos – institucionalizados ou não- à ação organizada de grupos e organizações religiosas, e não tanto um reavivamento da adesão religiosa, que teria quase desaparecido e regressaria à esfera da cultura. (BURITY, 1998, p. 3).

Popularmente conhecida como “Bancada Evangélica”, a FPE não apresenta estrutura ideológica partidária para forçar seus participantes a seguirem uma determinada conduta política, mas por causa da atuação em temas polêmicos, os parlamentares atrelados a ela tem alcançado mais *status* defendendo suas bandeiras do que omitindo-se e/ou, muitas vezes, seguindo seus próprios partidos.

Essa talvez hipotética possibilidade da falta de um partido refere-se ao preâmbulo da inexistência de uma identidade política que aglomere os partidários identificados com essa causa. BORGES (2010, p. 167), por exemplo, ao analisar este mesmo ponto, identifica a “ausência de traços em comum entre os membros” (evangélicos) como fator determinante para que não seja ainda possível notar a presença de um único partido que defenda as demandas desse segmento. Importante ressaltar com isso que a formação de um partido pode estar ligada a vários fatores e não tão somente a questão reduzida à existência ou não de identidade, mas isso não deixa de ser um claro fator que influencia a construção de uma unidade partidária⁴.

Além disso, podemos dizer que essa falta de identidade política dos religiosos esteja muito ligada ao processo de secularização do Estado brasileiro. Com a promulgação da constituinte em 1988, criou-se um movimento no seio da sociedade brasileira onde foi possível a existência de condições que viabilizassem o surgimento de novas clivagens. Se por um lado isso abriu um canal importante para o acesso de “políticos de Cristo” (CAMPOS, 2006, p. 7), por outro reforçou ainda mais as diferenças que já existiam entre os próprios religiosos, já que, naquele momento, nenhuma igreja em específico gozaria mais oficialmente das prebendas do Estado, fruto de uma ligação umbilical construída por anos, como por exemplo, a Igreja Católica⁵.

Nesse interim, muitos otimistas quanto ao rumo a uma pós-modernidade, em função da pluralização de crenças que tomou o universo coletivo, alertaram para um possível “desencantamento do mundo”. No entanto, como pode ser claramente observado, o processo

⁴ Em relação a isso BORGES (2010, p. 151) afirma que “a presença de identidades políticas foi fundamental no fenômeno dos sistemas e das unidades partidárias em democracias consolidadas”.

⁵ “(...) a separação Igreja-Estado rompeu definitivamente o monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos, em especial os mais motivados, militantes e competentes nas artes de atrair, persuadir e recrutar adeptos e de mantê-los religiosamente mobilizados, pudessem conquistar espaço, avançar numericamente, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional, mesmo que minoritária, nesse país cujo campo religioso foi durante a maior parte de sua história dominado por uma religião hegemônica privilegiada de diversas formas e incontáveis vezes pelo Estado” (MARIANO, 2002, p. 1).

de laicização do Estado não significou a extinção plena do poder de atores declaradamente confessionais sobre as relações políticas, pelo contrário, incentivou-os.

No esquema atual, fruto talvez de uma crise institucional dos partidos políticos brasileiros, que entre outras coisas, pecam ao não buscarem uma relação mais horizontalizada com seus eleitores, cada vez mais permeado por evangélicos de vertente pentecostal e neopentecostal, igrejas tem realizado, até mesmo como proto-partidos, muitas vezes, a função dos partidos, contribuindo ainda mais para o surgimento dessas novas arenas políticas. Sobre isso, por exemplo, Baquero e Amorin (2007, p. 12) notam,

que o surgimento de novas formas de ingerência política, à margem das instituições convencionais designadas para mediar os interesses da população, particularmente os partidos, tem produzido uma situação paradoxal, na qual os partidos não sabem mais a quem representar, os políticos não sabem a quem prestar contas e o cidadão, sentindo-se desprotegido pelo Estado, recorre a outros campos de pertencimento que oscilam entre movimentos fundamentalistas religiosos e organizações altamente sofisticadas de intermediação de interesses.

Neste ponto, qualquer um concordaria que o aparato midiático que as igrejas vêm construindo concede notável poder de difundir seus interesses, haja vista as mais poderosas: Igreja Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus como porta-vozes quiçá hegemônicas desse crescente grupo, que entre outros, inclui também a Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Batista, Evangelho Quadrangular e etc. Essa construção de um suposto caminho hegemônico tem seu reflexo fundado na multiplicação dos fiéis que a cada dia essas duas denominações vêm angariando para si. O maior resultado disso encontra-se na presença significativa de parlamentares reconhecidamente ligados ao meio evangélico, como cantores gospel como a deputada Lauriete (PSC/ES) e o Senador Magno Malta (PR/ES); e pastores de renome, tal como o deputado e pastor Paulo Freire da Costa, filho do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil; e Marco Feliciano, epicentro de uma das maiores polêmicas do momento: a ocupação do cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, por muito tempo ocupado pelo PT e defendido pelo grupo LGBT; além de outros.

Esse *status* de “organização altamente sofisticada de intermediação de interesses” que alcançaram as igrejas tem causado imensa curiosidade nos meios acadêmicos e com motivo. No atual cenário brasileiro, as igrejas estão enraizadas de norte a sul, em praticamente todas as camadas sociais brasileiras com algumas ressalvas, diferentemente de muitos partidos.

Jacob (2003), por exemplo, ao construir um mapa geográfico dos grupos religiosos, demonstra que os evangélicos vêm canalizando seu crescimento no entorno das grandes metrópoles brasileiras, principalmente os pentecostais clássicos, conhecidos por serem, além de origem humilde, radicais no seu discurso⁶.

Conhecidos por utilizarem o lado mais forte da moral cristã (tradicionalismo), seus argumentos acabam sempre em polêmicas quando o assunto envolve direitos progressistas (não conservadores) como a normatização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e descriminalização do uso de drogas. Nesses casos são extremamente organizados socialmente, culturalmente e politicamente, inclusive, com passeatas e manifestações religiosas em frente ao Congresso⁷.

Porém, o que causa mais espanto em tudo isso, são as previsões do IBGE (2010) quanto a uma possível superioridade dos evangélicos até 2030⁸; o que torna os estudos sobre comportamento legislativo ainda mais relevante, já que os parlamentares confessionais são o resultado político mais expressivo desse fenômeno. Pelo menos no que depender dos últimos censos, até por uma questão de inércia demográfica, este cenário tem tudo para se concretizar de fato. Ainda mais quando os últimos estudos vêm revelando um baixo grau de escolaridade e uma alta taxa de natalidade entre o público evangélico.

Seja como for, o que tem chamado mais a atenção na política atual é o seu efeito: o aumento incontestável de cadeiras ocupadas por políticos declaradamente confessionais, de maioria pentecostal/radical, na Câmara dos deputados federais. Somente isso já apresenta indicativo o suficiente para se realizar uma pesquisa quanto aos reais incentivos que a existência desse grupo fomenta ao funcionamento do sistema democrático – considerado por alguns como propenso ao comportamento egotrópico, e por outros, ao comportamento partidário.

⁶ Do ponto de vista demográfico, os pentecostais habitam mais as zonas urbanas do que as rurais, congregam mais mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, e mais negros, pardos e indígenas do que brancos (...) Todos esses desvios do perfil demográfico e socioeconômico, em relação à média brasileira, revelam que o pentecostalismo se mostra particularmente bem implantado nas camadas mais populares que vivem nas cidades. (JACOB et al, 2003, p. 40).

⁷ A religião tomada na discussão política provoca problemas generalizados, que aliados a problemáticas sociais, tais como legalização das drogas, a descriminalização do aborto, a união civil de homossexuais, a utilização de células embrionárias em pesquisas científicas, acabam engessadas pela postura intransigente e corporativa aliada a uma moralidade cristã estrita, por parte de deputados e senadores evangélicos (pentecostais), conforme se comprova as intervenções contrárias nas votações em torno dos temas levantados. (DE JESUS OLIVEIRA, 2009, p. 300).

⁸ Para saber mais, acessar o endereço: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/catolicos-deixarao-de-ser-maioria-no-brasil-em-2030-preve-especialista>>.

Dito isso, organizamos da seguinte maneira o nosso trabalho:

Na primeira parte, além de apontamentos acerca de objetivos, apresentaremos exatamente alguns modelos que visam explicar os determinantes do comportamento parlamentar dentro do Parlamento. Utilizaremos, de antemão, esses modelos para orientar e enquadrar o que os dados têm apresentado a respeito do comportamento legislativo da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados Federais. Queremos, a partir de votações de interesse da bancada e de interesse geral, poder entender em que medida os parlamentares evangélicos têm, de fato, se comportado estrategicamente diante do governo. Seriam eles individualistas ou partidários? Governistas ou oposição?

Na segunda parte, partindo da vasta matriz cristã religiosa no Brasil, até como forma de esclarecer e remontar algumas das raízes dos diversos subgrupos religiosos que compõem a Frente Parlamentar Evangélica, apresentaremos um levantamento histórico apontando as principais características que permeiam as diferentes denominações, entre elas, os pentecostais, os neopentecostais, os deuteropentecostais e históricos.

E na terceira e última parte, focaremos única e exclusivamente na apresentação dos grupos religiosos no congresso e na análise dos dados, que entre outras coisas, consiste na utilização de banco de dados contendo as votações em plenário dos deputados federais entre os anos de 2011 e 2013. Nesta última etapa, inclusive, a análise irá consistir na criação de um índice de coesão partidária e de vinculação ao governo construído a partir de técnica de programação *data-mining*.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A ARENA ELEITORAL E A ARENA LEGISLATIVA E ALGUNS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1 MODELOS TEÓRICOS ACERCA DO COMPORTAMENTO LEGISLATIVO

Há um consenso de um grupo na literatura de Ciência Política que diz que a estrutura do sistema político brasileiro fornece péssimas condições no que tange a governabilidade democrática. Os principais argumentos utilizados referem-se, sobretudo, a suposta combinação explosiva entre regime presidencial, de um lado, e sistema multipartidário, altamente fragmentado e fraco, de outro. A base dessa noção, muito difundida inclusive, encontra-se na pretensão analítica de que o “nosso sistema eleitoral e os partidos dele decorrentes [funcionariam] como um verdadeiro obstáculo às iniciativas e preferências do Executivo” (PEREIRA & MUELLER, 2003, p. 735). Um dos pontos estaria relacionado ao nexos causal entre as altas taxas de fragmentação e as regras eleitorais que privilegiariam o individualismo presente (AMES, 1995; 2003; MAINWARING, 1999; MAINWARING e SHUGART, 1997; MAINWARING & SCULLY, 1995; HAGGARD, 1995; HAGGARD & KAUFMAN, 1992; LAMOUNIER, 1989). Assim sendo, o resultado disso seria a hipótese, formulada originalmente no trabalho de David Mayhew (1974), de que as predileções fundamentais dos parlamentares na arena legislativa seriam organizadas exclusivamente por motivações relacionadas aos seus respectivos apoios na arena eleitoral, em especial no que concerne aos objetivos claros visando à própria reeleição.

Este modelo explicativo, por sua vez, ficou conhecido como “*two-arena model*” e procurou responder às questões relativas ao padrão de comportamento dos políticos dentro da atividade legislativa. Assim como Downs (1957), que também concede grandes somas de importâncias à ação dos políticos, esta visão põe em segundo plano a importância fundamental dos partidos no parlamento. Neste caso, o fato problemático é que, “havendo uma redução da importância dos partidos na arena eleitoral, estes também perdem funcionalidade no Parlamento, o que reduz os benefícios de um parlamentar em manter-se integrante de determinada linha de conduta partidária durante a legislatura” (CERVI, 2009, p. 159). A noção simples dessa orientação diz que há uma ascendência da arena eleitoral sobre a arena legislativa, ou dita de outra forma, uma “conexão eleitoral” entre eleitores e atividade parlamentar. Isso é o mesmo que dizer que as atuações estratégicas dos atores dependem de sua própria necessidade de reeleger-se mais do que agir em prol de interesses programáticos definidos pelos seus respectivos partidos políticos.

Por outro lado, outro segmento da literatura tem apresentado um convicto ceticismo contra esse pessimismo. As principais críticas dizem respeito a uma possível simplificação em torno das análises. Para estes, diferentemente dos primeiros autores, não há nenhuma evidência que confirme a debilidade do sistema político brasileiro, em especial o que descreve o comportamento dos políticos nacionais como reflexo de uma estrutura partidária incipiente e altamente fragmentada. O aporte fundamental de tal afirmação reside nos mecanismos institucionais que o próprio Poder Legislativo teria sobre a atuação individual dos parlamentares, principalmente em relação a uma estrutura de incentivos que resolveria o problema da ação coletiva ao fornecer restrições de regras que favoreceriam condutas de cooperação (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1995; 1997; 1999; 2000; 2002; MENEGHELLO, 1998; PEREIRA & MUELLER, 2000; AMORIM NETO & SANTOS, 2001; AMORIM NETO, 2002). Em último caso, o próprio sistema concederia ao Poder Executivo às condições essenciais para fazer valer a sua vontade diante do Congresso. Assim, os pressupostos defendidos essencialmente pelos adeptos da “conexão eleitoral” esbarrariam em evidências que comprovariam o real funcionamento da atividade legislativa, a saber, a força dos partidos políticos na estruturação das preferências parlamentares.

Isto posto, os primeiros autores que propuseram uma alternativa que não fosse orientada pelos proponentes da perspectiva da “conexão eleitoral” foram Cox (1987) e Cox e McCubbins (1993); abordagem esta que Bowler (2000) chamou de “*one arena-model*”. De acordo com essa linha, o comportamento dos parlamentares na arena legislativa seria determinado pelo constrangimento institucional imposto por mecanismos centralizadores dentro do Congresso, o que, por sua vez, retomaria a primazia dos partidos políticos sobre a ação individual dos parlamentares. Uma das implicações a se levar em consideração nesse modelo seria o que Cervi (2009, p. 160) apontou como sendo de natureza fundamental para se compreender a atuação particular dos parlamentares quanto aos seus objetivos eleitoreiros. São questões relevantes que poderiam dar conta do outro lado da moeda, já que este modelo implica não necessariamente uma “conexão eleitoral”⁹. Para ele, o problema desta explicação restringiria ao “possível enfraquecimento da reeleição como objetivo imediato do parlamentar na sua prática de representação dentro do Parlamento e o fato de que possíveis mudanças na arena eleitoral não afetariam diretamente a ação dos parlamentares no Legislativo”.

⁹ Neste modelo, se ocorre, a conexão eleitoral é sempre indireta. Ver CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 32, p. 159-177, 2009.

Além dessas duas abordagens predominantemente utilizadas e difundidas, Pereira e Mueller (2003) propuseram uma terceira alternativa explicativa para o comportamento parlamentar e partidário. De acordo com a proposta, os argumentos utilizados anteriormente apontam para uma incompletude em ambos os modelos, considerados, nos termos dos autores, “parcial” e “incompleto”. Esta diz que, o sistema político brasileiro funcionaria utilizando-se dos aspectos contraditórios de ambas as forças. Na verdade, haveria uma síntese. O ponto fundamental da alegação é de que o sistema não seria nem inteiramente descentralizado (*two arena-model*¹⁰), como o primeiro modelo propõe, nem inteiramente centralizado (*one arena-model*¹¹), como o segundo sugere; pelo contrário, seria uma união de duas partes sumarizadas em uma só; funcionando como dois elementos químicos que se complementam para o funcionamento de um organismo. Enquanto as regras eleitorais, o multipartidarismo e o federalismo agiriam como agentes descentralizadores do sistema; as regras internas do Congresso, os dispositivos institucionais e competências legislativas e delegativas do presidente agiriam contrariamente, promovendo a centralização.

Desse modo, Pereira e Mueller (2003) procuram comprovar que os políticos que formam principalmente a base aliada do governo tenderiam a votar de acordo com as orientações partidárias. Isso porque o Executivo controlaria os benefícios que supostamente garantiria as prebendas às suas respectivas bases eleitorais, o que conseqüentemente promoveria suas reeleições. Assim, na tentativa de angariar fundos aos seus redutos eleitorais, bem como indicações a cargos importantes, os parlamentares optariam sempre que possível pela busca do benefício por meio dos partidos políticos.

Um desses benefícios muito utilizados pela literatura como sendo de suma importância para a compreensão da relação Executivo/Legislativo tem sido a prerrogativa Congressional de emendar o Orçamento. A análise comum é de que as emendas parlamentares, especificamente as emendas individuais¹², forneceriam as bases que possibilitariam a compreensão desta noção de que votos seriam trocados por apoio ao Executivo. Pereira e Mueller (2002, p. 274), por exemplo, tem dito que

¹⁰ Duas arenas.

¹¹ Uma arena.

¹² As emendas individuais não são as únicas maneiras que os parlamentares possuem de participar da definição do orçamento, e, para Limongi e Figueiredo (2005), sequer são as principais. Somadas a ela, existem as emendas dos relatores e as emendas coletivas. De acordo com eles, dados de 1996 a 2001 comprovam que entre as três, ela é a menos executada, girando em um valor de 59,6%; ao contrário das emendas por comissões e por relatoria, que teriam 78% e 65,4% das execuções, respectivamente.

“as evidências apresentadas [...] demonstram que o presidente da República recompensa os parlamentares que sistematicamente votam a favor dos projetos de interesse do governo, autorizando a execução de suas emendas individuais, e, ao mesmo tempo, pune os que não votam nesses projetos simplesmente não executando as emendas propostas por eles”.

Porém, Limongi e Figueiredo (2005, p. 741), mostraram que “tal visão desconsidera a realidade partidária que divide os parlamentares entre os que apoiam e os que se opõem ao governo”. Na visão deles, não é possível encontrar uma relação exata entre apoiar o governo em troca de benefícios orçamentários. Isso porque dados analisados, entre 1996 e 2001, indicariam que “emendas são executadas sem que os votos esperados sejam dados, e votos são dados sem que a contrapartida – ou seja, a liberação de recursos – ocorra” (op., cit, p. 740). A explicação dada para a ausência de correlação, ao qual concordamos prontamente, seria o fato de que o Executivo acomodaria as demandas dos parlamentares no seio de seu próprio programa, o que explicaria, por outro lado, a prática de beneficiar, inclusive, setores da oposição. No caso dos parlamentares evangélicos, acreditamos que não seja muito diferente. Não tendo uma correlação positiva significativa entre apoiar o governo e receber mais emendas, na prática, existem fracas evidências que eles de fato se comportam estrategicamente em relação ao Executivo em troca de benefícios especificamente orçamentários, o que a princípio não quer dizer nada, em especial levando-se em consideração que os benefícios não se resumem apenas à execução de emendas que compreendem somente 1% de todo o orçamento, e sim, a possíveis apoios políticos governamentais junto às suas respectivas bases eleitorais. Abaixo um exemplo sobre a média de execução de emendas individuais no ano de 2011.

TABELA 1
Média de Execução de Emendas Individuais de 2011 segundo a
posição político-partidária em relação ao Executivo

	Posição Partidária em 2011	
	Situação	Oposição
	Média	Média
Valor de Execução de Emendas em 2011	\$5,823,553	\$5,615,062

Fonte: Banco de Dados da Comissão Mista de Orçamento do Congresso

Além do mais, a ideia, formulada por Pereira e Mueller (2003, p. 738-739), de que “o comportamento partidário na arena legislativa visa a que os seus membros extraiam benefícios individuais controlados pelo executivo” pressupõe que, antes de tudo, seja aceita a

noção de que os partidos buscariam sempre o benefício político que encontra-se sob controle do Executivo, quando na verdade, isso desconsidera posições político-partidárias que são anteriores aos benefícios. No geral, se o cenário fosse de fato este, a saber, que o comportamento partidário¹³ tendesse a buscar unicamente os benefícios para os seus integrantes, raramente teríamos baixo apoio legislativo às pretensões do governo. O que não é o caso desta 54ª legislatura, onde a taxa média de apoio ao legislativo entre todos os partidos não tem se revelado tão elevada, conforme mostraremos.

2.2 PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES DOS MODELOS

Não temos como pretensão no âmbito deste trabalho propor nenhum tipo de alternativa que já não esteja contemplada nos modelos anteriormente apresentados. Pelo contrário, o que queremos é lançar mão desses modelos como parâmetros analíticos que favoreçam a compreensão da atuação dos parlamentares que formam a atual Bancada Evangélica. Até aqui ficou claro que todos os arquétipos possuem em alguma medida implicações no que tange ao comportamento parlamentar em relação aos posicionamentos do governo. Cabe agora identificarmos quais deles de alguma forma se aproximam mais daquilo que julgamos ser a nossa principal diretriz e quais são suas consequências.

Se aceitarmos o primeiro modelo, por exemplo, inevitavelmente também teremos que aceitar que os políticos evangélicos são egoístas se comparado com o comportamento dos demais. Em termos de comparação, para que isso seja notório o índice de apoio entre eles deve ser sempre no sentido de apoiar mais as preferências do Executivo do que aqueles que não pertencem a FPE.

Se, por outro lado, aceitarmos o segundo modelo, que diz que os parlamentares são orientados pelas regras de restrição que favorecem a atuação dos partidos políticos, teremos que notar maior coesão e similaridade dos índices de quem pertence à FPE com aqueles que não pertencem.

No caso do terceiro e último, diferentemente das anteriores, a principal implicação seria a tendência dos partidos políticos em seguir em direção aos interesses do Executivo, o que, como já dissemos, não é o caso desta 54ª legislatura; onde os partidos no geral, através

¹³ A diferença entre este modelo e o primeiro consiste na atuação dos líderes partidários na arena legislativa. Neste, as legendas são consideradas fortes e agem apenas na busca pelos interesses de seus adeptos; ao passo que no primeiro não, elas são consideradas fracas porque os parlamentares agem independentemente de seus líderes.

dos índices que serão apresentados, não aparentam demonstrar tanta afinidade assim com as pretensões da Presidência.

Para todos os efeitos, em especial nas questões gerais, a hipótese que defendemos aqui é a de que os parlamentares religiosos têm dado razões para crermos que o comportamento da FPE apresenta configurações específicas que demonstram haver um tipo único de comportamento patogênico de implicações egotrópicas.

Em função dos dados, temos incentivos para postular que, nas questões que não exigem apreciação religiosa, onde eles parecem não manter um compromisso com o governo em comparação com os demais, os parlamentares ligados a Frente Parlamentar Evangélica têm demonstrado tendência em votar individualmente a favor do Executivo independentemente de posições político-partidárias.

Sobre as votações especificamente religiosas, todavia, acreditamos que o comportamento anti-governo do parlamentar deve-se ao objetivo do próprio em capitalizar seus interesses junto ao eleitorado religioso.

É o caso, por exemplo, do político interessado exclusivamente em maximizar suas futuras perspectivas eleitorais que pode, entre outras coisas, votar até mesmo contra seu próprio partido. Estão mais propensos ao perfil de *office seeking* do que *policy seeking*, para usar uma terminologia conhecida da Ciência Política. O que é o mesmo que afirmar que o voto confessional do parlamentar evangélico é o meio utilizado que ele possui para satisfazer os eleitores que possuem, de igual forma, os mesmos valores.

2.3 AXIOMAS COMPORTAMENTAIS DOS DIFERENTES GRUPOS RELIGIOSOS

No segundo capítulo vamos apresentar com detalhes algumas especificidades dos diversos grupos que hoje compõem a Frente Parlamentar Evangélica. Antes disso, porém, cabe apresentar alguns pressupostos que fundamentam a importância de se avaliar também as diferenças comportamentais dos parlamentares levando-se em consideração os seus respectivos grupos religiosos. Nesta parte, porém, não utilizaremos nenhum pressuposto teórico relacionado aos modelos anteriores, a não ser a comparação da taxa média do índice entre as várias denominações religiosas presentes na Câmara.

O que nos leva a prosseguir desta maneira, primeiramente, é o potencial crescimento de alguns grupos religiosos dentro deste grande macro que é hoje a matriz confessional

protestante no Brasil. Citem-se aqui os casos da Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus e Batista. Considerando que há diferenças significativas entre eles, embora todos sejam de modo geral identificados com os valores que permeiam a doutrina cristã, não podemos partir do princípio que haja em todos somente uma tendência política determinativa como característica fundamental. Uma vez aceito que os parlamentares religiosos têm votado consistentemente a favor do Executivo, por que não imaginar também que pode haver diferenças entre esse apoio quanto ao grupo de pertencimento?

Nosso interesse é justamente perceber essas nuances para que seja possível identificar as principais tendências que vêm acompanhando o crescimento desses grupos dentro do Congresso.

Neste caso, todavia, não sem antes realizar um levantamento acerca dos principais grupos que atualmente compõem a estrutura da FPE, considerada, segundo os nossos dados, altamente fragmentada, inclusive, com denominações pequenas.

Uma das ideias interessantes de comparar a taxa média de apoio ao Executivo, até como uma maneira de estimar futuramente a própria natureza da Bancada religiosa como uma agremiação suprapartidária, seria a possibilidade de notarmos aqueles grupos religiosos que mais tenderiam a votar a favor às orientações da presidência, bem como aqueles que tenderiam a votar mais desfavoravelmente.

Isso possibilitaria, inclusive, que identificássemos a movimentação parlamentar segundo suas orientações cognitivas fundamentais, tais como a predisposição denominacional de cada um em relação aos interesses políticos da presidência. O que, por seu lado, contribuiria diretamente para o entendimento a respeito da articulação de alguns grupos confessionais em torno da agenda do governo.

Sobre isso, deve-se, não obstante, deixar claro o seguinte: que os valores religiosos pressupõem uma orientação de cunho particular e, portanto, definido segundo o *Weltanschauung*¹⁴ fornecido pela história específica de cada parlamentar. Todavia, não pretendemos detalhar isso aqui. Em que pese seja fundamental notar que, *“if voters do bring their own religion into the political realm and the choices they make, it is reasonable to*

¹⁴ **“Weltanschauung** é a orientação cognitiva fundamental de um indivíduo ou de toda uma sociedade. Essa orientação abrange tanto sua filosofia natural quanto os seus valores fundamentais, existenciais e normativos. E também seus postulados ou temas, emoções, e sua ética”. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Weltanschauung>> Acesso em: 10 de março de 2014.

*expect that they would also pay attention to candidates' affiliations and be influenced by them*¹⁵” (McDERMOTT, 2009, p. 340).

Por isso mesmo, deve-se postular também que o maior interessado em questões polêmicas, além do parlamentar, é o próprio eleitor religioso ou simpatizante que elegeu o *player*. O que indica que o voto “motivado por questões religiosas” é particularista e aponta para uma suposta “conexão eleitoral” entre o eleito, por seu lado tentando a reeleição, e sua Base Eleitoral, satisfeita pelo estereótipo conservador do mesmo.

A sustentação dessa posição encontra-se na homogeneidade deste grupo quando há a necessidade de decidir sobre pontos polêmicos. Nesses casos, aceitamos que tal posicionamento é sustentado por evidências que comprovam que os parlamentares evangélicos que compõem a FPE – conhecidos por se associarem a partidos pequenos e de baixa rigidez ideológica –, longe de serem partidários e coesos, são razoavelmente individualistas e indisciplinados em relação ao posicionamento partidário de seus partidos.

Dito de outra forma, a dispersão é maior entre eles nas questões seculares em função das posições político-partidárias, e menos, nas questões confessionais, onde as posições religiosas parecerem sobrepor-se as posições político-partidárias.

Em relação às votações terminantemente seculares, o que nos parece plausível é a predisposição dos parlamentares religiosos em apoiar ao Executivo. Nisto, o comportamento político em votações nominais em plenário parece depender exclusivamente de uma tendência em seguir concepções próprias. Parece que entre o seu interesse e a disciplina partidária, o cálculo político do parlamentar confessional demonstra ir de encontro ao primeiro (egotropismo). Os votos dos legisladores confessionais, pelo menos razoavelmente, não indicam que a variável partidária seja determinante no comportamento da FPE quando os temas de ordem secular estão em jogo.

No entanto, não menos egoísta, o mesmo não se pode dizer das votações em torno de questões polêmicas, onde o parlamentar parece orientar o seu voto para uma posição contrária às pretensões do Executivo. Quem não pertence à FPE, neste caso, demonstra estar mais

¹⁵ Se os eleitores trazem sua própria religião para a esfera política e nas escolhas que fazem, é razoável esperar que eles também prestem atenção às filiações dos candidatos a ser influenciado por eles. (Tradução nossa)

propenso a votar de acordo com os interesses da Presidência do que quem pertence, embora seja feita uma ressalva. Alguns partidos parecem demonstrar possuir, tanto em relação a quem pertence à FPE quanto a quem não pertence, uma significativa coesão em torno das médias do índice de apoio à Presidência. Não por coincidência, como mostraremos, são exatamente esses partidos os mais escolhidos entre os parlamentares confessionais. O que transmite uma ideia de que, em questões valorativas, os partidos considerados atraentes aos evangélicos têm liberado ou apoiado favoravelmente os parlamentares confessionais.

2.4 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Aqui, todavia, faz-se mister salientar as limitações que podem surgir na resolução das questões sobre como avaliar comportamento legislativo tomando-se como unidade de análise a utilização de votações nominais em plenário.

A primeira delas é o alto nível de infidelidade partidária registrada entre os parlamentares que compõem a atual Câmara dos Deputados. Embora seja uma prática que tenha sofrido diminuições em função da aprovação da Resolução-TSE 22.610 de “fidelidade partidária” de 2007 (alterada pela Resolução-TSE 22.733 de 2008), algumas brechas têm facilitado a persistência da questão.

O curioso é que o problema parece persistir exatamente no que deveria ser sua solução. Em termos jurídicos, isto é, naqueles onde é possível ocorrer a mudança partidária, a Resolução prevê que deve ser comprovada a justa causa pelo proponente; caso contrário, basta somente o partido recorrer para obter ganho de causa. No entanto, são notórias as disfunções, o que provoca certa dificuldade na operacionalização dos dados e na consecução dos objetivos. Primeiro porque os próprios partidos, maiores interessados, não recorrem ao Ministério Público Eleitoral quando não há justa-causa e; segundo, porque a Resolução não prevê os casos onde a “dança das cadeiras” ocorre entre uma sigla já existente e uma sigla recém-criada, como é o caso, nesse período de estudo, dos parlamentares que migraram para PROS e SOLIDARIEDADE¹⁶, exposto no quadro a seguir.

¹⁶ A lista dos parlamentares que mudaram durante o período que marca a 54ª legislatura, demarcação da nossa pesquisa, encontra-se anexado a este trabalho. Dos 68 parlamentares que mudaram de partidos durante este período, 10 foram parlamentares da FPE. Também é possível encontrar as informações no endereço: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/entre-deputados-e-senadores-70-trocaram-de-partido-veja-a-lista/>> Acesso em 05/01/2014.

Em relação ao nosso trabalho, mesmo sabendo da incompletude dessa noção, aceitaremos as mudanças interpartidárias como fruto dos constrangimentos que os parlamentares recebem por não aceitarem sustentar as mesmas posições que os seus respectivos partidos¹⁷; o que é o mesmo que aceitar a ideia de que a mudança pode ser um indicativo de funcionamento dos mecanismos de controle dentro do Congresso, embora sejam notórios os casos onde a mudança pressupõe também um indicativo de indisciplina, tendo em vista, sobretudo, a baixa atuação partidária na cassação dos mandatos através do Ministério Público Eleitoral quando inexistente a justa-causa.

QUADRO 1
Nº de Output e Input dos Parlamentares da FPE por Partidos entre os anos de 2011/2013.

ORIGEM⁺	Nº DE OUTPUT	DESTINO	Nº DE INPUT
PR	3	SDD	5
PDT	1	PROS	3
PSDB	1	DEM	1
PSD/PRTB/PSD/PSL/PEN	1	PEN	1

Fonte: Congresso em Foco

*** Mudanças ocorridas entre 2011/2013**

Comparado com a quantidade de parlamentares da Câmara dos Deputados Federais que migraram para outras agremiações (68 migrações), o número de mudanças dentro da FPE representa um valor significativo (10 migrações).

Além desse fator, outro aspecto que também limita a operacionalização dos dados em nosso trabalho é a alta rotatividade entre os parlamentares em pleno mandato. Nem sempre é possível acompanhar os mesmos 513 deputados que iniciam uma determinada legislatura. Há casos, por exemplo, onde o parlamentar recebe um convite para assumir cargo de ministro ou secretário, e outros onde, por motivos pessoais, se licencia por tempo indeterminado. Em todos estes há a substituição pelos suplentes. O problema é que essas alterações ocorrem o tempo todo e impedem que seja feita uma análise mais aprofundada do real comportamento de um político.

¹⁷ Essa premissa advém da explicação dada pelo presidencialismo de coalização (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). O que foi considerado manobra necessária dos partidos políticos para formarem suas bases de apoio ao Executivo tornou-se prática comum, sobretudo, pela força dos partidos na arena legislativa.

Na verdade, o que obstrui a qualidade do processo operacional é a redução da possibilidade de haver sequência nas votações de um determinado parlamentar. Fica difícil estimar um comportamento quando não é possível sequer ter continuidade em plenário, ora ocupada pelo titular, ora ocupada pelo suplente. Isso sem falar que pela nova regra, votada pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2011¹⁸, a vaga de suplente pertence à coligação e não ao partido do titular. O que explica a imensa flutuação do ponto de vista quantitativo que sofrem os partidos dentro na Câmara Federal, algumas vezes tendo X números de deputados e, em outros, Y.

¹⁸ Depois dessa regra, muitas vezes ocorreu de um partido alternar em seus quadros números diferentes de parlamentares de uma votação para a outra. Por 10 votos a 1 ficou decidido que a vaga de suplente seria da Coligação, e não, do Partido do titular. Para saber mais ler: < <http://aqui-acontece.jusbrasil.com.br/politica/6905053/stf-decide-por-maioria-que-suplencia-da-camara-dos-deputados-e-da-coligacao>>. Acesso em: 12 de março de 2014.

3 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A MATRIZ RELIGIOSA PROTESTANTE NO BRASIL COM ESPECIAL INTERESSE NO PENTECOSTALISMO

3.1 BREVE PANORÂMA QUANTITATIVO DOS EVANGÉLICOS

Do período colonial até a separação legal entre Igreja e Estado com a República Velha o protestantismo foi sempre visto como atividade marginal no Brasil. Por muito tempo os protestantes não gozaram dos mesmos direitos dos católicos. Enquanto os católicos puderam exercer plenamente a sua cidadania, caracterizada pela plena liberdade de culto, educação, serviços matrimoniais e funerários; os protestantes foram delimitados à possibilidade de realizar pequenos cultos circunscritos a âmbitos particulares, e isso mais claramente no período Imperial, quando ainda permaneciam as velhas perseguições impostas pela Igreja Católica.

Segundo a literatura, por sua vez, esse cenário começa a alterar-se, ainda que vagarosamente, a partir de meados da década de 50, quando tem início um verdadeiro processo de separação entre Igreja e Estado. Até este momento, mesmo após a primeira República (1889-1930)¹⁹, eram raros os casos onde não havia a influência do catolicismo na marginalização dos protestantes.

A real transformação, no entanto, tem seu pontapé inicial marcado realmente na década de 70, quando há um claro movimento decrescente da Igreja Católica em função do aumento do número de brasileiros considerados protestantes. Neste período, por exemplo, de acordo com os dados (ver quadro 1), os católicos passam de 91% para 74% em 2000.

Atualmente, os evangélicos correspondem a 22% dos brasileiros e continuam em franco crescimento, inclusive, com possibilidades de se tornar religião hegemônica já em 2030.

¹⁹ A laicização do Estado brasileiro foi um fator importante para a estabilização das relações religiosas nesse período. O acontecimento possibilitou uma maior inserção por parte dos protestantes sem os encargos de um enfrentamento direto com a Igreja Católica – o que ocorria frequentemente durante a segunda metade do século XIX. De acordo com De Araújo Santos (2010, p. 109): “o advento da República foi de fundamental importância para que os protestantes se organizassem e constituíssem sentidos para o culto em meio a uma cultura adversa. O estado laico e a separação entre Igreja e Estado proporcionaram novo impulso para as correntes ideológicas e políticas, as crenças e as posturas sociais outrora contidas pela monarquia e pela Igreja Católica”.

Quadro 2 – Panorama quantitativo das religiões de 1940 a 2000 (%)

Religião	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4
Outras Religiões	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5
Sem Religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE / Pierucci, 2004

Assim, segue abaixo, até para fins contextuais, algumas partes abreviadas da história religiosa no Brasil, formada, sobretudo, por várias concepções cristãs e momentos distintos.

3.2 MATRIZ RELIGIOSA PROTESTANTE NO BRASIL

3.2.1 INVASÃO DOS FRANCESES

A partir da invasão dos franceses e holandeses nos séculos 16 e 17 que se têm os primeiros relatos da chegada do protestantismo ao Brasil. Inclusive, os huguenotes (calvinistas franceses) são responsáveis pelo primeiro culto protestante em terras tupiniquins, registrado em 10 de março de 1557. Em que pese o pouco tempo que alguns ficaram em terras brasileiras, sendo outros martirizados, há relatos que eles tiveram uma grande preocupação pela evangelização dos indígenas, em especial Jean de Léry, autor do livro *História de uma viagem à terra do Brasil*; no entanto, em função da dificuldade em convertê-los, não obtiveram êxito. Sobre isso, por exemplo, De Matos (2011, p. 5) observa que,

os calvinistas tiveram uma preocupação missionária em relação aos índios, mas pouco puderam fazer por eles (...) embora interessado na situação espiritual dos indígenas, a relutância dos mesmos em aceitar a fé cristã o levou (Léry) a concluir que eles talvez estivessem entre os não-eleitos.

Essa constatação, por sua vez, era um pensamento típico daqueles que se baseavam na teologia determinista de João Calvino, fundamentada na ideia de que todos são ou não, dependendo dos acontecimentos, predestinados à salvação.

Durante esse curto período no Brasil, à época colônia completamente católica, os huguenotes reformados enfrentaram todo o tipo de adversidades por causa de seu proselitismo

reformador. Enquanto uns voltaram para França, outros foram executados por suas convicções assim que surgiram as primeiras tensões. Entre os mártires que tentaram colocar a França no circuito reformador estavam Jean de Bourdel, Matthieu Verneuil e Pierre Bourdon.

3.2.2 INVASÃO DOS HOLANDESES

Ainda em fase colonial, outros que igualmente tiveram uma grande participação na introdução do protestantismo no Brasil foram os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, que dominaram uma parte do nordeste brasileiro. Durante 7 (1637-1644) dos 24 anos, o príncipe João Maurício de Nassau-Siegen governou e foi o responsável por conceder mais liberdade aos habitantes judeus e católicos. A história conta que eles trouxeram uma organização eclesiástica aos moldes da Igreja Calvinista de Genebra. Ao todo, a nova nação calvinista organizou 22 igrejas no local, além de dois presbitérios e dois sínodos.

As igrejas destacaram-se pela sua atuação beneficente e sua ação missionária junto aos índios. Havia planos de preparação de um catecismo, tradução da Bíblia e ordenação de pastores indígenas. Todavia, levados por considerações econômicas e agindo contra as suas convicções religiosas, os holandeses mantiveram intacto o sistema de escravidão negra, ainda que tenham concedido alguns direitos aos escravos. (DE MATOS, 2011, p. 5-6)

Se, num primeiro momento, essas igrejas foram construídas numa tentativa clara de atender a uma necessidade de imigrantes holandeses; posteriormente, além de expandir suas funções junto aos imigrantes ingleses, serviram como base pastoral para evangelização, principalmente em relação aos indígenas.

Em todo o caso, apesar do protestantismo progressista, Maurício de Nassau renunciou em 1644, dando início a revolta entre brasileiros e portugueses. Anos depois, mais precisamente em 1654, os holandeses foram definitivamente expulsos da terra brasilis.

Embora importante, o início do protestantismo no Brasil não deixa marcas substantivas aos movimentos posteriores. Sua apresentação serve mais como marco referencial do início de uma atividade que tinha como viés religioso o atendimento aos imigrantes e a evangelização como extensão de uma disputa mercadológica entre países progressistas e conservadores.

3.3 PROTESTANTISMO NO BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

O comércio inglês, a agricultura germânica, a possível vinda de imigrantes confederados norte-americanos acenaram com um surto de modernização e progresso, sem maiores riscos políticos e a possibilidade de assimilar as idéias e

práticas que fizeram dos anglo-saxões os líderes do mundo da época. A abertura para o mundo anglo-saxão significou abertura para o universo protestante. (MENDONÇA, 1990, p. 73)

O século XIX no Brasil foi afetado por muitas correntes de pensamentos que haviam surgido nos séculos anteriores na Europa. Algumas delas, inclusive, foram fundamentais na formação do pensamento político brasileiro, tais como o iluminismo e o liberalismo. À época, as principais bandeiras que guiaram as críticas dos intelectuais brasileiros, em especial daqueles que tinham estudado na Europa, foram orientadas contra a permanência de sistemas coloniais e absolutistas, bem como de mais liberdades econômicas e religiosas.

No Brasil, por exemplo, a Inconfidência Mineira foi a principal porta voz e crítica dessas estruturas. Mesmo não alcançando seus objetivos, já que a independência preservou a monarquia, plantou uma semente que iria aflorar durante todo o século XIX e contribuiria diretamente na abertura do novo mundo às ideias da reforma protestante. Isto porque, como resultado do início da Contra-Reforma e da Santa Inquisição que atingiram todos os países católicos e reformados durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o protestantismo só voltou a ser praticado em terras tupiniquins no início do século XIX, com a abertura dos portos às nações amigas, em especial a Inglaterra. O documento que representou a oficialização desse processo, então inexistente desde as invasões francesas e holandesas, foi o Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação realizado por Dom João VI em 1810.

Sendo Portugal um país católico, esse tratado representou um avanço no que concerne a abertura religiosa no Brasil. Apesar do posicionamento duro da Igreja Católica Apostólica Romana contra o favorecimento político e econômico aos ingleses²², país reformado, duas medidas estão entre as mais importantes no arcabouço jurídico-institucional do tratado: 1) a proibição da Santa Inquisição no Brasil e a 2) concessão de liberdade de consciência religiosa aos imigrantes.

Ainda que de forma limitada, pois conservava a ligação umbilical com o Catolicismo, todas essas decisões foram intensificadas posteriormente com o artigo 5º da constituição²³ de 1824.

²² Houve alguma relutância de D. João em assiná-los. O item que previa liberdade religiosa para cidadãos britânicos em territórios portugueses (artigo XII do Tratado de Comércio e Navegação) tinha a oposição veemente do Núncio papal; e havia resistências na corte quanto às disposições relativas ao tráfico de escravos (art. X do Tratado de Aliança e Amizade). (VERSIANI, 2008, p. 1)

²³ Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fóma

(...) realmente, a Constituição Política do Império estabelecia que a Religião Católica Apostólica Romana era a Religião do Império (art. 5º), com todas as consequências derivantes dessa qualidade de Estado confessional, tais como a de que as demais religiões seriam simplesmente toleradas, a de que o Imperador, antes de ser aclamado, teria que jurar manter aquela religião (art. 103), a de que competia ao Poder Executivo nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos (art. 102, II), bem como conceder ou negar os beneplácitos a atos da Santa Sé (art. 102, XIV), quer dizer, tais atos só teriam vigor e eficácia no Brasil se obtivessem aprovação do governo brasileiro²⁴. (SILVA, 2003, p. 249-250)

Com essa condição, a Carta Constitucional outorgava aos praticantes de religiões não-católicas apenas o direito a liberdade de crença, sem a liberdade de culto, restrita ao domínio do privado desde que respeitada a circunstância normativa que determinava a não característica de templo. De acordo com Celso Ribeiro Bastos, (2000, p. 191 apud SORIANO, 2002, p. 72) “(...) na época, só se reconhecia como livre o culto católico. Outras religiões deveriam contentar-se com celebrar um culto doméstico, vedada qualquer outra forma exterior de templo”.

Embora não haja uma concordância em torno do que seja a configuração do protestantismo brasileiro, basicamente, segundo a literatura (DE MATOS, 2011; PAEGLE, 2005), duas correntes estão associadas ao protestantismo nessa etapa de abertura aos reformados: o protestantismo de imigração e o protestantismo missionário (MENDONÇA & VELÁSQUES, 1990; MENDONÇA, 1995).

3.4 PROTESTANTISMO NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Apesar do conservadorismo em torno das elites em relação a manutenção da Monarquia portuguesa durante o século XIX, fato este que manteve a unidade do país, foi o espírito liberal-modernizador que forneceu os primeiros subsídios para que fosse aceita no Brasil a ideia de que era preciso atrair imigrantes para o fortalecimento da economia. Desde o tratado de aliança e comércio com a Inglaterra em 1810 até a promulgação da República 1889, muitos são os exemplos desse processo. A começar pela crença da elite liberal num projeto que tinha como ideário a instalação do protestantismo no Brasil como princípio ativo de um suposto mecanicismo modernizador. Sobre isso,

Martin Dreher afirma que o povo imigrante evangélico foi usado pelo projeto liberal para alcançar seus objetivos que foram o branqueamento da raça, a eliminação das nações indígenas, a segurança nacional, a valorização fundiária, a mão-de-obra

barata, a construção e conservação de estradas e a criação de uma classe média brasileira. (Dreher, 1993, apud DE ARAÚJO SANTOS, 2010, p. 106)

Mesmo que isso posteriormente tenha se configurado em uma medida conservadora, já que buscou exclusivamente o favorecimento das elites (DE ARAÚJO SANTOS, 2010), é inegável sua contribuição para a entrada de imigrantes protestantes no Brasil; ainda mais levando-se em consideração o ambiente culturalmente impregnado de valores católicos que se fazia presente no cotidiano das pessoas à época. Nesse sentido, o protestantismo só se fortaleceu com a introdução da República.

Segundo José Murilo de Carvalho (2002), a primeira República no Brasil ficou conhecida como a “república dos coronéis”, dado o imenso poder de influência que esses atores tinham no sistema político (LEAL, 1975). Um fato que contribuiu sem dúvida para esta configuração foi a descentralização administrativa proporcionada pelo advento da Federação. Acreditava-se que com essa medida seria possível suavizar a distância entre o poder público e os “cidadãos reais”. O que na realidade não se sucedeu. Na prática, o que mais prejudicou a fundação da República foi o legado conjuntural do Império; marcado, sobretudo, pelas tradições agrárias, latifundiárias e escravocratas.

Do ponto de vista eleitoral, a constituição da República Velha avançou no sentido de eliminar a exigência de 200 mil-réis como renda mínima para exercer o direito ao voto, mas retrocedeu ao manter o chamado “censo literário” instituído pelo Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881, conhecido como “Lei Saraiva” de Rui Barbosa. Essa medida também iria proibir o voto de mendigos, mulheres, soldados e membros de ordens religiosas. A ideia era bastante elitista. Segundo Chaia,

o argumento utilizado para a exclusão de analfabetos e mulheres do processo eleitoral justificava-se pela ideia de que seriam mais influenciáveis, fosse pelos patrões, fosse pelos maridos e pais. Portanto, por esse argumento as mulheres e os analfabetos não teriam opinião política própria²⁶.

Neste sentido, inclusive, um dos fatores que prejudicou de maneira significativa a expansão dos trabalhos missionários no Brasil foi a estimativa elevada de analfabetos entre a população brasileira. Carvalho vez ou outra aponta em seus trabalhos um número na casa dos 85% de indivíduos excluídos do nível básico de escolaridade²⁷. Frequentemente os

²⁶ CHAIA, Vera. A Longa Conquista do Voto na história Política Brasileira. Disponível em: <http://www.pucsp.br/fundasp/textos/texto_01_11_10.html> Acesso em: 08 de novembro de 2013.

²⁷ Até 1902, o Brasil tinha 25 milhões de habitantes e 400.000 eleitores, assim o privilégio de poder votar era da minoria. (DE OLIVEIRA, 2011, p. 5)

missionários debatiam sobre a dificuldade de evangelizar utilizando a estratégia direcionada a distribuição de bíblias em língua vernácula por causa do analfabetismo. Afinal de contas, como seria possível evangelizar indivíduos que se quer podiam ler um jornal?

Algumas denominações missionárias, orientados por essa premissa, chegaram a investir em construção de escolas e exercerem atividades voltadas a essa consecução. Seixas (2010), por exemplo, escreve que as igrejas históricas – congregacionais, presbiterianas, batistas e metodistas – abusaram de propagandas associando as mazelas educacionais do país à religião católica. Os presbiterianos e metodistas, por exemplo, foram os que mais divulgaram os Estados Unidos como sendo o exemplo mais moderno que uma nação poderia alcançar (Idem).

Considerando que o catolicismo era a religião oficial do Império, a laicização do Estado brasileiro também foi outro fator importante para a estabilização das relações religiosas nesse período. O acontecimento possibilitou uma maior inserção por parte dos protestantes sem os encargos de um enfrentamento direto com a Igreja Católica – o que ocorria frequentemente durante a segunda metade do século XIX. De acordo com De Araújo Santos (Ibidem, p. 109),

o advento da República foi de fundamental importância para que os protestantes se organizassem e constituíssem sentidos para o culto em meio a uma cultura adversa. O estado laico e a separação entre Igreja e Estado proporcionaram novo impulso para as correntes ideológicas e políticas, as crenças e as posturas sociais outrora contidas pela monarquia e pela Igreja Católica.

Assim, no bojo dessas transformações políticas, surge no começo do século XX o maior fenômeno religioso e político dos últimos anos no Brasil: o movimento pentecostal.

3.4.1 PENTECOSTALISMO

Baseados inicialmente em uma festa judaica chamada Pentecostes, que ocorria cinquenta dias após a Páscoa, a origem do nome Pentecostal está associada ao evento que marcou a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo no quinquagésimo dia depois de sua morte, que segundo a bíblia, também ocorreu na Páscoa. Diz a história que, após receberem este espírito, o evento ficou marcado pela glossolalia e o estado de êxtase dos discípulos.

Ao que se sabe, não há consenso na literatura em torno do momento inicial deste fenômeno. O que se aceita é o ano de 1906, em Los Angeles, como sendo o ponto de partida

desta matriz. Mas essa data também gera discórdias, já que outros afirmam ser Topeka, capital do estado do Kansas, o lugar inicial. Campos (2005), por exemplo, ao analisar o contexto norte-americano na passagem do século XIX ao XX, acredita que este fenômeno seja reflexo de um conjunto de outros acontecimentos anteriores, tais como (para citar os mais importantes) o trauma pela Guerra Civil, a libertação dos escravos e o grande contingente de pessoas vivendo no mundo rural. De acordo com ele, esse cenário teria formado as condições fundamentais para o reflorescimento de um avivamento centrado no “ideal de santificação” que se inspirava em outros movimentos que também não eram novos: o pietismo alemão, o reavivacionismo anglo-saxão e os movimentos de santidade (Idem, Ibid, p. 110); haja vista as influências do metodismo de avivacionistas como João e Carlos Wesley, dissidentes da Igreja Anglicana na Inglaterra no século XVIII, que muito influenciaram a cultura religiosa nos Estados Unidos com a trinca focada na aceitação da graça pela fé, regeneração e santificação.

Na verdade, os pentecostais, diferente dos históricos, acreditavam na existência de um passo a mais no processo de espiritualização, algo além do processo de santificação que se caracterizava por um avanço moral (método wesleyano); eles acreditavam num tipo de “terceira bênção” para usar o termo de Campos (2005); que era o batismo com o Espírito Santo.

Nesta fase inicial, dois nomes estão associados à fundação do movimento pentecostal na América do Norte: Charles F. Parham (1873-1929) e William Joseph Seymour (1870-1922). Ao primeiro se dá a importância de ter sido o primeiro religioso a estabelecer uma ligação direta entre os fenômenos ocorridos em Topeka (glossolalia – popularmente conhecido como “falar em línguas estranhas”) com as experiências dos discípulos de Jesus narrados em Atos capítulo 2 (dois). Ao segundo, o protagonismo de liderar e presenciar alguns dos acontecimentos que promoveram em menos de um século o alastramento deste fenômeno em todo o mundo.

No caso desse último, considerando o alto teor de preconceito incrustado na sociedade americana, chama a atenção o fato de ter sido negro e descendente de ex-escravos. O próprio Los Angeles Times, à época das primeiras experiências, tratou o fenômeno como se fosse uma “nova seita de fanáticos” (CAMPOS, 2005) de uma “nova e bizarra religião” (D'AVILA, 2006), composta, em sua maioria, por pessoas oriundas de classes inferiores da sociedade.

Se observarmos estes aspectos corretamente, isso explica a força histórica desse fenômeno junto às parcelas mais desfavorecidas no Brasil. No início, ainda mais. Já que no começo do século XX os bolsões de pobreza e miséria atingiam patamares inimagináveis em universos predominantemente rurais, sem falar no contingente de ex-escravos e analfabetos que mendigavam suas próprias vidas em troca do que comer.

Assim, os primeiros missionários que aportaram em terras brasileiras com a missão de expandir a experiência que haviam presenciado em terras americanas foram o italiano Louis Francescon e os belgas Daniel Berger e A. Gunnar Vingren. Devido ao seu vanguardismo em terras tupiniquins, Mariano (1999) enquadrou esta primeira vertente como sendo pertencente ao “pentecostalismo clássico/tradicional”; sendo as demais referidas como deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. Lembrando que, essas divisões também são conhecidas como primeira, segunda e terceira onda²⁸.

Um aspecto que ficou marcado nesta primeira via foi o alto nível de sectarismo e ascetismo entre os fiéis, caracterizados, entre outras coisas, por manterem uma distância superracional do que diziam serem as “coisas mundanas”. Em contraposição com os protestantes históricos, associados ao progresso e ao pós-milenismo, foram extremamente pessimistas em relação à evolução moral da sociedade. Para eles o mundo caminhava para o pré-milenismo. Segundo Mendonça (2007, p. 170), a partir desta nova concepção, “o caminho da igreja se inverte: se no pós-milenismo ela marcha na direção do mundo e com ele, no pré-milenismo ela se afasta do mundo e procura atrair o maior número de indivíduos para o seu interior”.

De acordo com a nomenclatura, as denominações que compõem este primeiro rastro de pentecostalismo no Brasil são a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus.

3.4.1.1 CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL

Nascido na província de Udine, o grande fundador desta denominação foi o italiano Louis Francescon. Francescon emigrou para Chicago, Estados Unidos, em 1886, onde se converteu em uma comunidade de italianos, posteriormente tornando-se a primeira Igreja Presbiteriana de colonos italianos. Segundo relatos pessoais, seus primeiros contatos com as

²⁸ Para saber mais sobre a nomenclatura do pentecostalismo no Brasil ver Freston, Paul: *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, 1993.

experiências pentecostais ocorreram em 1907 na cidade de Los Angeles, mesmo lugar onde iniciou-se de maneira permanente o movimento pentecostal²⁹.

Veio para São Paulo, Brasil, em 1910, logo após uma rápida passagem por Buenos Aires, Argentina. Embora não soubesse falar português, teve a ventura de encontrar alguns imigrantes italianos que, num primeiro momento, deram-lhe abrigo em uma cidade do interior do Paraná; quando posteriormente decidiu retornar a São Paulo, onde fundou a Congregação Cristã do Brasil (CBB).

Um dos aspectos que chama a atenção na história centenária dessa instituição religiosa no Brasil é uma ostentação singular: “durante toda a sua trajetória nunca teve ajuda econômica externa e nem sofreu influências de institutos bíblicos, boards missionários ou literatura de qualquer espécie” (MONTEIRO, 2011, p. 125); o que talvez explique, em partes, o seu posicionamento inerte em relação a um tipo de pretensão política mais declarada ou explícita sobre temas polêmicos; onde, inclusive, lhes é proibido expressamente qualquer associação igreja/política. Sobre isso, por exemplo, Monteiro (Ibid, p. 138) afirma que “a CBB recomenda aos membros o cumprimento dos deveres cívicos de cidadãos, orientando que os fiéis votem de acordo com suas consciências e também que orem pelas autoridades”.

Comparando às demais, podemos dizer que a CBB mantém até os dias atuais uma prática priorizando o aspecto relativo à salvação do homem, e não, suas relações seculares. Nesse sentido, a igreja é para eles o lugar onde o diabo não entra. Entre as pentecostais, sem dúvida, é a denominação que mais prioriza e prega o sectarismo. Os adeptos são marcados por um alto nível de afastamento das coisas mundanas, entendidas como sendo perniciosas ao processo de salvação. “O mundo é o *mundus immundus* sempre prestes a contaminar os fiéis” (FOERSTER, 2007, p. 132). Segundo esta leitura, não há espaço para o mundo das coisas dentro do mundo das ideias.

Do ponto de vista organizacional, a estrutura eclesial da Igreja não possui uma grande complexidade. O poder é organizado segundo o nível de experiência e o histórico dos envolvidos. Por essa ordem, os mais velhos possuem o posto de maior relevância entre a hierarquia. Foerster (2007, p. 134), por exemplo, chama isso de gerontocracia. Segundo ele,

²⁹ Em fins de abril, de 1907, o Senhor me fez encontrar com um irmão americano, um dos primeiros a receber a promessa do Espírito Santo, em Los Angeles, no ano de 1906 e, por meio dele soube que na W. North Ave, 943, havia uma missão que anunciava a promessa do Espírito Santo e que o próprio pastor (W.H. Durham) a havia recebido. Na primeira semana frequentei sozinho aquele serviço e o Senhor me confirmou que aquela era Sua obra (FRANCESCON, 2002, p. 38).

“os membros da CCB não obedecem nem ao carisma de um líder, nem a uma estrutura burocrática, mas à tradição e à ordem, da qual o ancião é apenas o guardião e representante”. De acordo com Monteiro (2011), esta organização se divide em duas partes: espiritual e secular; sendo a primeira composta por anciães, cooperadores e diáconos, e a segunda pela administração não remunerada.

Atualmente, segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, os fiéis da Congregação Cristã do Brasil correspondem a 2.289.634, perdendo apenas para a Assembleia de Deus.

3.4.1.2 ASSEMBLEIA DE DEUS

Os fundadores da Igreja Assembleia de Deus no Brasil em 1911 foram os suecos Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel Berg (1884-1963). Como apontado anteriormente, ambos são fruto das experiências pentecostais ocorridas em Topeka, Kansas; e, juntos, são os primeiros responsáveis pelos trabalhos pentecostais no nordeste brasileiro.

Precisamente, chegaram ao Pará no dia 19 de novembro de 1910, onde, inicialmente, tiveram contato com a primeira Igreja Batista do local. Foi neste lugar, inclusive, que provocaram alguns conflitos que posteriormente fariam com que muitos batistas se desligassem da igreja e passassem a compor os adeptos da crença no batismo com o Espírito Santo (D'AVILA, 2006).

Nessa primeira fase, além de pescar em aquários do protestantismo histórico, tal como bem apontou Campos (2005); segundo Mariano (1999), a AD será composta por pessoas pobres, de baixa escolaridade e altamente sectárias. Este último baseado na filiação de Berg e Vingren ao pré-milenismo.

Por causa disso será comum até a redemocratização do Brasil associar o “crente” assembleiano ao desinteressado por política que só espera pelo retorno de seu Cristo que o levará para o céu. Até esse momento, seu perfil clássico será o do típico homem que só pensa em ir à igreja, ao lado de sua mulher e filhos, vestindo as mesmas indumentárias de sempre: calça e camisa social, sapato, gravata e bíblia na mão.

Todavia, após o período de reabertura política esse perfil altera-se. Podemos dizer que já não obedece aos mesmos paradigmas tradicionais. Segundo Fernandes (2006), isso ocorre porque em seu meio surgem novas classes sociais, tais como profissionais liberais e

empresários, bem como de setores da classe média, que nada possuem da cultura dos fiéis mais antigos e conservadores. Por outro lado, essa reação faz parte de outro fenômeno que vinha se desenvolvendo desde a década de 80, a saber, o crescimento dos evangélicos em detrimento dos católicos; bem como o aumento da aquisição econômica combinada com um avanço no nível de escolaridade entre os novos adeptos. Neste caso, a introdução na política institucional configura-se como um reflexo da extensão desse fenômeno.

Dado o seu histórico associado ao pré-milenismo e o seu nível de sectarismo, atualmente, entre todos os adeptos da Frente Parlamentar Evangélica, os assembleinos são os que mais se aproximam de um discurso radical em relação a temas considerados polêmicos. Um exemplo desse perfil seria a atuação do deputado e presidente da Comissão dos Direitos Humanos na Câmara, Marco Feliciano, líder da Assembleia de Deus ministério Catedral do Avivamento, nos recentes casos envolvendo o movimento LGBT.

Do ponto de vista organizacional, a Igreja Assembleia de Deus tem se apresentado de uma maneira muito idêntica à fórmula batista. Isso se deve, de acordo com Mendonça & Velasques (1990, p. 51), à “liberdade das Igrejas locais e da limitação de poderes da Convenção Nacional” que reúne os principais ministérios assembleianos desde 1930, data da sua fundação.

No geral, a CGADB conta com uma casa editora conhecida como CPAD que, entre outras coisas, publica um jornal de circulação em todos os ministérios assembleianos a ela ligado chamado “Mensageiro da Paz”. Uma das características predominantes desse periódico mensal é apresentar análises sobre temas nacionais e mundiais por uma concepção cristã da realidade.

Segundo dados divulgados pelo último Censo do IBGE registrado em 2010, os assembleianos representam a maioria dos evangélicos no Brasil. O número atinge um valor de 12.314.410 milhões de fiéis de norte a sul do país.

3.5 DENOMINAÇÕES PENTECOSTAIS DA DÉCADA DE 50 E 60

Essas novas denominações pentecostais são enquadradas na literatura como pertencentes à segunda onda do movimento pentecostal no Brasil, ou como chama Mariano (1999), de deuterpentecostalismo. Desse momento, surgem três grandes igrejas que distinguem-se das primeiras por enfatizar o dom da “cura divina” como um dos principais

fatores de sua nova concepção teológica: Igreja Quadrangular (1951); Igreja O Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962)³⁰.

Todas essas denominações usaram vastamente um tipo de estrutura parecida com uma “tenda”, onde eram realizados cultos acompanhados de supostas curas divinas. Levando-se em consideração a inexistência de um sistema único de atendimento público de saúde (que hoje chamamos de SUS) que pudesse proporcionar uma comodidade para o cidadão, essa prática teve grande inserção entre as camadas mais baixas da sociedade brasileira e, se assim podemos dizer, forneceu grande parte do apelo entre os pobres que o movimento pentecostal possui hoje.

O começo desse movimento no Brasil tem seu início com a Cruzada Evangelística Nacional promovida pelos primeiros fundadores do que seria conhecida posteriormente como Igreja do Evangelho Quadrangular³¹. Nos Estados Unidos, essa denominação foi fundada primeiramente por Aimme Semple Mcpherson; ao qual, segundo a história da igreja, Deus teria revelado um ministério quadruplo: “Jesus, o salvador, o Balizador com o Espírito Santo, o médico dos médicos e o Rei que há de vir”³². No Brasil, ela foi fundada pelo missionário americano e ex-ator de cinema, pastor Harold Edwin Williams.

Atualmente, segundo o último censo do IBGE³³ divulgado em 2010, a Igreja do Evangelho Quadrangular conta com 1.808.389 milhões de membros em suas igrejas espalhadas por todo o Brasil.

Outra igreja originária desse momento foi o Brasil para Cristo, fundada em 1955 pelo pernambucano Manoel de Mello e Silva. Essa denominação tem em sua história registrada a influência de outras denominações em seu processo constitutivo, já que seu fundador fez parte tanto da igreja Assembleia de Deus quanto da Igreja Evangelho Quadrangular antes de fundá-la. Embora seja reconhecida pelo nome de “O Brasil para Cristo”, esta só foi incluída ao nome em 1974, quando já não se chamava mais Igreja de Jesus Betel, e sim, Igreja Evangélica Pentecostal.

³⁰ De igual forma, durante esse período surgiram outras denominações enfatizando essas premissas, mas sem o porte dessas três.

³¹ Quando foi fundada em 15 de novembro de 1951, a Igreja do Evangelho Quadrangular tinha outro nome, a saber, Igreja Evangélica do Brasil. Para saber mais: <http://www.ieqmh2.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=21> Acesso em: 02/12/2013

³² Idem.

³³ DEMOGRÁFICO, 2010: 143.

Um dos veículos muito utilizados por essa denominação foi a atividade pioneira no Brasil realizada através do evangelismo radiofônico, muito criticado pelas outras denominações pentecostais que consideravam o “rádio um instrumento profano³⁴” de reprodução das mensagens cristãs. O nome do programa ficou conhecido como A VOZ DO BRASIL PARA CRISTO. Após o sucesso no comando da rádio Piratininga de São Paulo, o então programa “passa a ser veiculado internacionalmente pela Rádio Tupi, permanecendo no topo das pesquisas de audiência por 34 anos consecutivos³⁵”.

Uma das marcas na vida e obra do fundador desta denominação foi a denúncia contra os arbítrios praticados contra a liberdade dos religiosos de praticarem a sua fé pelo Regime Militar brasileiro. Houve casos, inclusive, do próprio mandar que a polícia gravasse suas pregações em pleno púlpito. No total, foi levado preso 27 vezes pela polícia do regime.

O resultado de todo esse engajamento, por sua vez, foi o posicionamento menos sectário em relação a política. Segundo o parágrafo 4º do artigo 36 do Estatuto da igreja³⁶:

os componentes do ministério e líderes de departamentos da igreja que desejarem concorrer a cargos políticos partidários deverão licenciar-se de seu cargo na igreja local durante o período da campanha eleitoral podendo retornar ao seu cargo após o pleito, de acordo com a decisão da diretoria executiva.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2010, a Igreja O Brasil para Cristo conta com 196.665 mil membros. Porém, dados disponibilizados pela igreja apontam para uma quantia superior, mais de 300 mil membros. Ao todo, a estrutura denominacional contém 2.250 igrejas e cerca de 2000 pastores consagrados³⁷.

Por fim, a última igreja desta corrente é de 1962 e chama-se Deus é Amor. Nascido no Paraná, seu fundador é o ex-católico David Martins de Miranda. Assim como as demais pentecostais desse período, a IPDA conquistou boa parte de sua notória quantidade de fiéis entre as pessoas consideradas de baixa condição econômica.

Um dos fatores que mais chama a atenção nessa denominação é o seu nível de sectarismo, costume e radicalidade. Em muitas coisas, segundo o “Regulamento Interno”, os fiéis são orientados a não praticarem. De acordo com Mendonça (2009, p. 68), “David

³⁴ Fonte: < http://site.conselhonacional.org.br/?page_id=2> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

³⁵ Fonte: < http://www.ieqmh2.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=21> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

³⁶ Fonte: < <http://obpccalmon.com.br/colunistas>> Acesso em: 19 de março de 2014.

³⁷ http://www.ieqmh2.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=21> Acesso em: 02 de dezembro de 2013.

Miranda instituiu, juntamente com sua equipe de membros que o apoia teologicamente, nada menos do que 29 itens que procuram disciplinar a vida da Igreja, desde assistir televisão item P1 até o item P29 que tem 6 subitens (...).³⁸

Embora seja considerada a quinta maior denominação pentecostal do Brasil em números de membros, (possui segundo dados do último censo do IBGE 845.383 mil fiéis), historicamente a IPDA não tem registro de uma relação mais próxima com a política institucional, representada pela mundanidade das relações humanas. Seus líderes ou membros são impedidos de qualquer relação mais estreita com campanhas ou processos eleitorais.

3.6 OS NEPENTECOSTAIS DA DÉCADA DE 70, 80 E 90³⁸.

As igrejas referentes a terceira onda ou período neopentecostal começam a surgir no Brasil a partir da década de 70. Entre elas estão: Comunidade Evangélica (1976), Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980) e Renascer em Cristo (1986); entre outras de menor porte.

Segundo a literatura (FREESTON, 1993; MARIANO, 1996, 1999; ORO, 2010), essas denominações são enquadradas dessa forma por pregarem e reforçarem algumas práticas que fogem do *modus operandi* e do *weltanschau-ung* cristão das duas primeiras ondas: pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo. Embora essas determinações não sejam homogêneas e nem tão pouco absolutas em todas as características que incluem o prefixo “neo”, constroem uma noção importante acerca dos grupos religiosos pentecostais que surgem nesse período. De acordo com Mariano (1996, p. 26), são conhecidas dessa forma por (em menor ou maior escala) possuírem as características de:

- (1) pregar e difundir a Teologia da Prosperidade, defensora do polêmico e desvirtuado adágio franciscano "é dando que se recebe" e da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos;
- (2) enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, seu séquito de anjos decaídos e seus representantes na terra, identificados com as outras religiões e sobretudo com os cultos afro-brasileiros;
- (3) não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo.

³⁸ Em função da distinção em torno da quantidade de fiéis entre as denominações disponibilizadas pelo último censo do IBGE em 2010, nesse grupo, especificamente, pretendemos elaborar uma síntese dos valores gerais difundidos entre as denominações, e não, uma descrição breve de cada uma. Isso porque, praticamente todas as denominações incluídas nesse ramo do pentecostalismo possuem as mesmas características.

Por possuírem métodos mais modernos de propagação da mensagem cristã, tal como o vasto uso de programas televangelísticos, geralmente os seus fundadores são brasileiros e líderes religiosos conhecidos do público nacional. Entre eles podemos citar o dono da Rede Record Edir Macedo e R.R Soares. Em geral, são lembrados por enfatizarem práticas e métodos não convencionais e possuírem atitudes menos ascéticas e sectárias, como usos e costumes relacionados a indumentária e participação ativa em campanhas eleitorais.

Sobre este último, por exemplo, a Universal do Reino de Deus é notadamente uma das que mais busca oferecer e eleger candidatos no cenário político institucional. Mais precisamente, desde 1986 ela vem ostentando um número crescente de políticos religiosos no Congresso Nacional. Como não tem características comprometidas com o pentecostalismo clássico, não encontra em seu meio confrontação que exija algum tipo de argumentação que legitime sua posição frente aos fiéis. Pelo contrário, essa busca é sempre incentivada e até mesmo estimulada teologicamente.

Um dos fatores fundamentais que explica de certa forma todo esse arcabouço ético e mais comprometido com a busca pela prosperidade econômica talvez seja encontrado no pós-milenismo. Noção que, segundo Mendonça (2007, p. 169-170), ao contrário do pré-milenismo dos pentecostais clássicos, compreende, através do “avanço econômico-social”, “o progresso moral da sociedade” que “marcha na direção do mundo e com ele” em busca do reino perfeito com Cristo na terra.

Atualmente, segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, a IURD possui 1.873.243 fiéis, sendo a maior denominação desse grupo; vindo a Comunidade Evangélica muito atrás com 180.130 fiéis. Por motivos relacionados ao baixo número de fiéis, as outras denominações foram enquadradas entre as “igrejas evangélicas de origem pentecostal” que juntas possuem 5.267.029.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

4.1 METODOLOGIA

Na primeira parte de nosso trabalho ficaram definidos alguns parâmetros relativos ao comportamento que se poderia esperar dos parlamentares dentro do Congresso. Junto deles, também apresentou-se os modelos explicativos para tal comportamento. Tanto o que diz respeito ao voto egotrópico, mais individualista e determinado em função de pretensões eleitorais; quanto o que diz respeito ao voto partidário, mais coeso e disciplinado.

Na segunda parte, como as nossas análises ficaram definidas em torno dos parlamentares vinculados a valores religiosos, as pretensões foram orientadas mais no sentido de fazer um levantamento da matriz religiosa protestante no Brasil, onde foi possível enumerar as peculiaridades e as características que deram origem a cada segmento que hoje compõem a Frente Parlamentar Evangélica.

Porém, o que não ficou tão claro foi quanto à forma que iríamos encontrar para tentar aplicar esses modelos em torno da atitude do parlamentar confessional dentro do Legislativo. O que, por sua vez, tentaremos esclarecer agora, até para ficar mais operacionalizável na apresentação dos dados, quando pretendemos expor as diferenças comportamentais diante do governo entre aqueles que possuem um vínculo com a Frente Parlamentar Evangélica, daqueles que não possuem.

Neste caso, todavia, é importante que se diga que o voto nominal não representa e nem revela todos os detalhes sobre os determinantes do comportamento legislativo no Congresso - os projetos apreciados, votados ou rejeitados pelas comissões é um caso perfeito disso -, mas oferece, conforme vem sendo dito pela literatura (NEIVA, 2011; PEREIRA & MUELLER, 2003; FIGUEIREDO & LIMONGI, 2005) importantes informações a respeito, como por exemplo, o registro público de determinada opção parlamentar por uma política em comparação com as orientações de seu partido e da presidência.

Assim, a partir de programação *data-mining*, o que fizemos foi criar um índice de apoio ao governo, que entre outras coisas, consistiu na recodificação das possibilidades de votos dos parlamentares entre um (1), totalmente A FAVOR, e zero (0), totalmente CONTRA. Fizemos isso para que fosse possível estimarmos o comportamento da FPE em

relação ao posicionamento do governo, já que a contingência de comportamento no geral vai além dessa dicotomia.

Geralmente, quando há votações nominais em plenário, as alternativas vão muito além do SIM ou NÃO, isso porque parte-se do princípio de que qualquer *player*, antes de tudo, é possivelmente um maximizador de utilidade. Muitos parlamentares, às vezes, na tentativa de não se comprometerem politicamente com o seu partido ou mesmo com o governo, acabam usando a alternativa de se ausentar do que propriamente a opção por um voto direto. O cálculo, nesses casos, seria o que poderíamos chamar de voto individualista – e quase sempre ele se direciona em favor do Poder Executivo – em especial quando se tem o conhecimento de que no Brasil é ele quem detém e controla, por meio de mecanismos internos, a maioria dos benefícios.

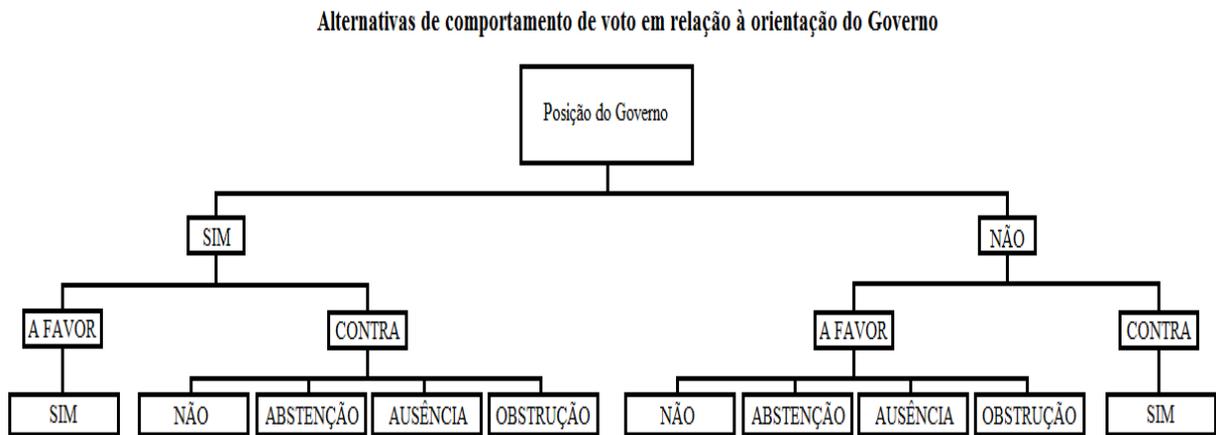
Na verdade, em se tratando de Brasil, os mecanismos que permeiam o congresso são extremamente centralizadores. Há uma série de trabalhos nessa linha, inclusive, que testificam esse apontamento – citamos alguns aqui. No Brasil, por exemplo, além dos próprios poderes constitucionais que o presidente tem para governar, há pelo menos duas maneiras utilizadas constantemente pelo Executivo para constranger os parlamentares a cooperar com as suas preferências, são eles: 1) a centralização da distribuição de recursos políticos e financeiros e; 2) a centralização do processo decisório pelos líderes partidários da coalização majoritária. No geral, são eles que procuram garantir a estruturação dos votos parlamentares no Congresso. Não fossem por esses mecanismos, talvez o cenário pudesse ser ainda mais caótico, já que o comportamento poderia ser ainda menos partidário nas votações em plenário, podendo ocorrer inclusive, paralisação do processo decisório.

Assim, é importante que se tenha atenção à posição que o Executivo toma em cada matéria votada na Câmara dos Deputados para que, em seguida, se possa estimar o comportamento de quem vota.

Exclusivamente no nosso caso, ficou estabelecido que quando a posição do governo for favorável a uma matéria, haverá apenas uma possibilidade pró-governo, que é SIM, e quatro contrárias, que é NÃO, ABSTENÇÃO, AUSÊNCIA E OBSTRUÇÃO; sendo que em circunstâncias opostas, haverá quatro possibilidades pró-governo e uma contrária, conforme nos mostra a figura a seguir; lembrando que, o índice de adesão ao governo varia de 0 a 1, onde 1 é obtido pelos parlamentares que se mantiveram ao lado do governo em todas as

votações e 0 por aqueles que nenhuma vez compartilharam da mesma posição apresentada pelo executivo.

Figura 1



4.2 COMPOSIÇÃO RELIGIOSA E PARTIDÁRIA DA FPE

4.2.1 FILIAÇÃO RELIGIOSA

Até este ponto ficou claro que a Frente Parlamentar Evangélica não é composta por um grupo homogêneo específico. Pelo contrário, ela é o resultado de uma série de fenômenos e transformações externas que influenciaram a conjuntura do que chamamos atualmente de matriz religiosa protestante no Brasil. Prova disso é a quantidade significativa de igrejas que hoje permeiam o espaço institucional brasileiro.

Por exemplo, na política, em função de várias características e condições diferentes, nem todos os grupos religiosos fazem parte da FPE. Alguns, inclusive, sequer cogitam essa possibilidade. “Deus é Amor”, nesse caso, é uma delas. Isso porque suas próprias crenças e práticas religiosas os afastam de qualquer relação mais horizontalizada com alguma instituição propriamente política, como é o caso dos processos eleitorais e dos partidos políticos – muito utilizados ultimamente pelas igrejas como formas de estabelecer poder e influência.

Outras, por outro lado, até pelo crescimento exponencial de seus adeptos, demonstram cada vez mais estarem dispostas a incluírem em suas fileiras fiéis comprometidos com suas demandas um tanto quanto conservadoras. Casos, por exemplo, da igreja Assembleia de Deus, Batista e Universal do Reino de Deus que, juntas, somam mais de 50% dos parlamentares da FPE que possuem algum tipo de ligação com suas doutrinas eclesiais. Dessas, inclusive, a

Universal é a que mais cresce, já que sua doutrina é a que menos se opõe a qualquer tipo de busca por alianças político-partidárias (ver tabela 2).

TABELA 2
Composição religiosa atual da Bancada Evangélica (nº/%)

Filiação Religiosa dos Parlamentares da FPE		
Filiação Religiosa	N	%
Assembleia de Deus	22	30,1
Batista	9	12,3
Universal do Reino de Deus	7	9,6
Presbiteriana	4	5,5
Presbiteriana Independente	3	4,1
Evangelho Quadrangular	3	4,1
Internacional da Graça de Deus	3	4,1
Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra	3	4,1
Não Declarado	2	2,7
Metodista	2	2,7
Cristã Maranata	2	2,7
Batista Solidária	1	1,4
Batista Getsêmani	1	1,4
Batista Nacional	1	1,4
Batista Independente	1	1,4
Batista Caminho das Árvores	1	1,4
Presbiteriana Renovada	1	1,4
Luterana	1	1,4
Renascer	1	1,4
Nova Vida	1	1,4
Cristã Evangélica	1	1,4
O Brasil para Cristo	1	1,4
Cristã do Brasil	1	1,4
Mundial do Poder de Deus	1	1,4
Total	73	100,0

Fonte: Frente Parlamentar Evangélica/FPEBRASIL

Nesse sentido, a tabela não nos deixa ir por outro caminho senão o de confirmar as características que já haviam sido apresentadas no segundo capítulo de nosso trabalho, a saber, a enorme quantidade de denominações religiosas dentro da Frente Parlamentar Evangélica.

Ao todo, incluindo aqueles que não possuem uma filiação declarada, eles totalizam um número aproximado⁴⁰ de 73 deputados federais oriundos de mais de 20 denominações diferentes, onde a Assembleia de Deus é quem detém o maior número de filiados (22 parlamentares), seguido pelos históricos batistas (9 parlamentares) e pelos neopentecostais iurdianos (7 parlamentares). Os demais são compostos por denominações menores, inclusive, no cenário nacional.

Essa classificação torna-se fundamental na medida em que temos como interesse a comparação do comportamento parlamentar entre os diferentes grupos religiosos. No mais, o que deve-se retirar dessa tabela é a união dos três grandes grupos da história religiosa protestante brasileira como os mais promissores politicamente, entre eles um pentecostal, um histórico e um neopentecostal.

4.2.2 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

O que explicaria a dispersão dos políticos religiosos em vários partidos, e não, a união em apenas um? Por que eles ainda se manteriam distantes quando a lógica mais racional seria a aproximação?

Alguns estudiosos têm afirmado que a resposta para a inexistência de uma sigla que defenda exclusivamente as demandas dos evangélicos está na falta de uma identidade política comum. O que nos parece, em princípio, muito plausível. Por outro lado, deve-se, não obstante, deixar claro que, são muitas as variáveis que necessitariam de uma melhor ponderação para que de fato fosse possível ter uma total compreensão do fenômeno; a começar, por exemplo, pela maneira com que o político religioso se relaciona atualmente com a igreja.

Antigamente, segundo Campos (2005), o sucesso dos religiosos dava-se por meio da transformação do capital econômico em capital político; hoje, principalmente por meio da mediatização promovida pelas igrejas, a maior parte dos políticos confessionais tem transformado capital religioso em capital político.

⁴⁰ Por causa das constantes mudanças que ocorrem dentro do parlamento, como é o caso das nomeações e das suplências, estamos utilizando o termo “aproximadamente”. Infelizmente, nem todos os parlamentares acabam assumindo seus mandatos. Há muitos, inclusive, que durante toda a legislatura são substituídos por suplentes, isso quando não ficam flutuando em alterações repetitivas, como por exemplo, alternarem presenças em determinado conjunto de votações e ausências em outros – o que acaba dificultando muito a identificação de quem vota.

Uma prova incontestável dessa realidade, por exemplo, tem sido a alta concentração de algumas denominações (por meio dos parlamentares) em determinadas legendas partidárias. Nesse sentido, inclusive, parece que há um crescimento organizacional por parte das igrejas em direcionar os seus adeptos a determinados partidos. Os mais procurados, conforme apresentam a tabela 3, em que pese não haja um predomínio hegemônico de um determinado partido sobre o outro, revelam que não há a busca efetiva em torno de legendas mais estruturadas. Os mais preferidos pelos “políticos de cristo”, segundo os dados, são os que a Ciência Política conceitua como *Catch-All Parties*, isto é, partidos pequenos e de baixa rigidez ideológica. De imediato, citamos três aqui: Partido Social Cristão (PSC), Partido da República (PR) e Partido Republicano Brasileiro (PRB). Inclusive, tamanha é a prova que as denominações religiosas tem de fato buscado a articulação junto ao processo eleitoral que, todos os parlamentares ligados a Igreja Universal do Reino de Deus⁴¹ pertencem exclusivamente a este último partido, respectivamente.

**TABELA 3 - Composição
Partidária atual da Bancada
Evangélica (nº/%)**

Partido	N	%
PR	11	15,3
PSC	9	12,5
PRB	9	12,5
PMDB	8	11,1
PSD	7	9,7
PSDB	6	8,3
PTB	4	5,6
PDT	3	4,2
DEM	2	2,8
PV	2	2,8
PTdoB	2	2,8
PP	2	2,8
PSB	2	2,8
PT	2	2,8
PSL	1	1,4
PRTB	1	1,4

⁴¹ Para saber mais sobre a força da Igreja Universal do Reino de Deus na articulação política junto ao PRB, ler: Fábio Matos, Fonte: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>> Acesso em: 16/03/2014.

PTC	1	1,4
SDD	0	,0
PROS	0	,0
PEN	0	,0
PSOL	0	,0
PPS	0	,0
PHS	0	,0
PMN	0	,0
PRP	0	,0
PCdoB	0	,0
Total	72	100,0

Fonte: Excelência/Transparência Brasil

Por conta disso, atualmente os parlamentares confessionais no Brasil encontram-se distribuídos em vários partidos distintos, e não, em apenas uma única legenda. Isso não significa, porém, que não haja interesse na criação de um partido⁴², ou até mesmo, que não exista uma preferência clara por partidos que se aproximam de valores cristãos; pelo contrário, existe sim; a quantidade de “políticos de cristo” no Partido Social Cristão (PSC), por exemplo, é uma prova disso. Mas essa visualização ainda continua precarizada, muito em função dessas divisões inter-denominacionais. Enquanto isso a maioria segue optando por partidos considerados pequenos e de baixa rigidez ideológica (*Catch-All Parties*), talvez até por uma certa liberdade em votar segundo a própria consciência nas questões confessionais, o que no caso deste trabalho, é apenas uma sugestão sem pretensões.

No geral, como a nossa ambição tem como objetivo estimar o comportamento da FPE diante do governo, visualizar a quantidade de parlamentares em cada partido já é o suficiente. Principalmente levando-se em consideração a importância do padrão de comportamento confessional, que pode ser dotado de excessiva individualidade ou de sistemático partidarismo. No nosso caso, com exceção das questões confessionais, acreditamos que a bancada evangélica é governista independente de partido político. Temos razões para crer, inclusive, que até a maior parte dos partidários da oposição (adeptos da FPE) votam mais com o governo do que seus próprios colegas de partido (não-adeptos).

⁴² Para ler mais sobre o assunto, disponível em: <<http://vejadetudo.com.br/editoria-gospel/9-destaques/5630-bancada-evangelica-planeja-criar-um-partido-cristao>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2014.

4.3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FPE SEGUNDO OS MODELOS EXPLICATIVOS

No início de nosso texto apresentamos alguns modelos que procuraram esclarecer a relação entre a arena eleitoral e a arena legislativa. Isso foi feito na medida em que era necessário para estimarmos o comportamento entre aqueles que pertenciam à Frente Parlamentar Evangélica e aqueles que não. Ao todo, foram apresentados três modelos. Depois, o que procuramos fazer foi esclarecer as implicações de cada um, onde ficaram definidas algumas possibilidades de comportamento legislativo, incluindo as predisposições tidas como individuais ou partidárias.

Para a maioria de nossas observações, o que pareceu ficar claro foi existir um tipo de esvaziamento dos partidos políticos na estruturação do comportamento eleitoral dos evangélicos. Entre eles, há uma tendência perceptível, embora não muito homogênea, no sentido de apoiar decididamente o Executivo sem levar em consideração as lideranças político-partidárias. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por exemplo, é um bom indicativo desse comportamento, considerando que é declaradamente oposição ao governo (ver tabela 4). Quando notamos os resultados da comparação entre aqueles que pertencem à FPE e aqueles que não pertencem dentro desse partido, vemos de imediato uma tendência pró-governo entre os religiosos que, embora sendo tênue, é evidente.

Segundo os dados, dos três modelos teóricos que foram apresentados, o que vemos com mais nitidez e próximo do atual comportamento parlamentar confessional é o que diz respeito ao voto egotrópico. Embora a média geral de apoio não seja significativamente alta, o que logo exclui a possibilidade do comportamento dos parlamentares se aproximar do terceiro modelo, há um certo padrão de votação entre os evangélicos que os afasta da média daqueles que não pertencem a FPE. Eles são declaradamente mais governistas em sua maioria do que os demais e parecem demonstrar mais interesse em votar segundo as pretensões de governo do que os seus correligionários de partido.

Desses 17 partidos que compõem os evangélicos, 11 deles demonstram possuir essa predisposição. Ao todo são 44 deputados federais confessionais que tendem a se comportar mais em direção as políticas de interesses do governo do que os 72 registrados como pertencentes à FPE. Um dos argumentos, por exemplo, que sustenta essa afirmação de que eles teriam essa propensão ao individualismo é o seu afastamento em relação à média geral de

votos entre aqueles que não são religiosos, além, é claro, do pouco impacto dos partidos políticos na estruturação da atuação dos mesmos.

Para o primeiro modelo, ao qual nos filiamos como determinante do comportamento dos evangélicos,

a inferência direta deste argumento [...] é que as regras eleitorais incentivam os candidatos a desenvolver relações personalísticas e individuais com suas bases eleitorais, em vez de mediá-las via partidos políticos, e que isso necessariamente acarreta a diminuição do impacto dos partidos políticos na arena legislativa. (PEREIRA & MUELLER, 2003, p. 736)

Isso não quer dizer, todavia, que o sistema seja permeado por um funcionamento terminantemente individualista, e nem que o comportamento da maioria dos parlamentares seja motivado apenas segundo interesses eleitorais; longe disso; – até porque nossa análise é reduzida unicamente ao perfil comportamental de um grupo específico dentro das atividades legislativas da Câmara. Na verdade o que estamos inferindo diz respeito unicamente aos religiosos que, a nosso ver, pelo menos no que tange a comportamentos em questões seculares, têm demonstrado tendências egotrópicas em favor do governo – principalmente levando-se em consideração que o Executivo é o grande detentor de benefícios que podem ser utilizados estrategicamente como moeda de troca.

Segundo as médias registradas pela tabela, os partidos com adeptos da FPE que mais possuem essa tendência em apoiar a Presidência são: o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Social Liberal (PSL), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Verde (PV) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Tabela 4 - Taxa Média de Apoio ao Governo por Partido e FPE

Partido			Média
PT	FPE	Não	,65
		Sim	,61
PRTB	FPE	Não	.
		Sim	,26
PC do B	FPE	Não	.
		Sim	,49
PSB	FPE	Não	,62
		Sim	.
PP	FPE	Não	,53

		Sim	,51
PTC	FPE	Não	,51
		Sim	,45
PSL	FPE	Não	.
		Sim	,61
PMDB	FPE	Não	,50
		Sim	,60
PTB	FPE	Não	,49
		Sim	,51
PRB	FPE	Não	,13
		Sim	,60
PSD	FPE	Não	,45
		Sim	,48
PSC	FPE	Não	,53
		Sim	,44
PT do B	FPE	Não	,24
		Sim	,52
PRP	FPE	Não	,41
		Sim	.
PMN	FPE	Não	,53
		Sim	.
PDT	FPE	Não	,53
		Sim	,70
PHS	FPE	Não	,67
		Sim	.
PR	FPE	Não	,49
		Sim	,49
PV	FPE	Não	,45
		Sim	,64
PPS	FPE	Não	,27
		Sim	.
PSOL	FPE	Não	,41
		Sim	.
DEM	FPE	Não	,22
		Sim	,18
PSDB	FPE	Não	,21
		Sim	,33

Fonte: Elaboração do autor.

Por outro lado, embora também possa ser considerado fruto de uma tendência egotrópica, não podemos dizer o mesmo do comportamento dos religiosos nas questões valorativas, onde eles parecem não demonstrar nenhum interesse em manter o compromisso com as orientações do Executivo (ver tabela 5). Nesta ocasião, diametralmente oposta à primeira, a estratégia parece ser muito mais motivada em função da capitalização do status de defensor das bandeiras religiosas junto ao eleitorado confessional do que propriamente as possíveis benesses oriundas da Presidência.

TABELA 5
Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões
confessionais segundo situação/oposição e FPE

					Média
FPE	Não	POSIÇÃO	Oposição	Ind_FPE	,10
			Situação	Ind_FPE	,56
	Sim	POSIÇÃO	Oposição	Ind_FPE	,00
			Situação	Ind_FPE	,02

Fonte: Elaboração própria.

Segundo a tabela, isso fica ainda mais evidente quando visualizamos a comparação entre a taxa média de apoio dos parlamentares que pertencem à situação. O Índice_FPE neste caso possui uma diferença de praticamente 0,5 pontos entre à FPE e os demais políticos. Isto é, quase não há apoio algum às pretensões do Executivo. O que, além de revelar a força dos valores religiosos na determinação do comportamento parlamentar, demonstra peremptoriamente o nível de coesão, articulação e homogeneidade existente entre os adeptos da Frente quando se trata de questões de interesse religioso.

Além do mais, esse tipo de comportamento dá-nos a entender que, aumentando-se o âmbito de interesse e de membros entre os evangélicos, é grande a possibilidade de discordância não apenas para com as orientações político-partidárias como também para com o Poder Executivo, considerando, neste caso, que eles não parecem se importar muito com os riscos políticos envolvidos de um posicionamento declarado contra o detentor dos benefícios.

Pelo menos no que tange aos pontos reduzidos às votações de ordem confessional, a tendência é essa; posto que os partidos políticos mais uma vez não parecem demonstrar conseguir resolver o problema da ação coletiva entre os deputados religiosos que, por seu lado, preferem na maioria das vezes não seguir as orientações político-partidárias definidas *a priori* por seus próprios líderes. Tanto é verdade que é impossível deixar de perceber que a melhor média de apoio ao governo veio daqueles que seguiram suas lideranças partidárias na Câmara, a saber, os 0,56 pontos entre os integrantes da situação que não pertencem à FPE.

Importante também ressaltar que os partidos mais procurados pelos políticos e igrejas são os que mais possuem coesão nos dados entre quem pertence e quem não pertence à FPE (ver tabela 6). Parece, pelo menos em certo sentido, que essa correlação é explicada pela liberdade ou orientação com que os partidos apresentam diante de uma votação nominal em plenário. Isso porque, com exceção do Partido da República (PR), que possui 11 deputados

em seus quadros, há uma congruência significativa entre as médias dos integrantes do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Em ambos os casos, todos os deputados, incluindo tanto os filiados quanto os não filiados à FPE, possuem média zero quanto ao posicionamento diante do governo. Há um indicativo claro, pelo menos entre estes, de que os partidos favorecem e estruturam o posicionamento dos parlamentares conforme seus próprios interesses, isto é, aproximando-os de suas bases eleitorais predominantemente confessionais, o que acaba favorecendo-os eleitoralmente.

TABELA 6 – Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões confessionais segundo partido e FPE

				Média
PT	FPE	Não	Ind_FPE	,74
		Sim	Ind_FPE	,00
PTC	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	,00
PRTB	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	,00
PCdoB	FPE	Não	Ind_FPE	,47
		Sim	Ind_FPE	,00
PSB	FPE	Não	Ind_FPE	,67
		Sim	Ind_FPE	,00
PP	FPE	Não	Ind_FPE	,68
		Sim	Ind_FPE	,00
PARTIDO PSL	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	,00
PMDB	FPE	Não	Ind_FPE	,51
		Sim	Ind_FPE	,06
PTB	FPE	Não	Ind_FPE	,57
		Sim	Ind_FPE	,13
PRB	FPE	Não	Ind_FPE	,00
		Sim	Ind_FPE	,00
PSD	FPE	Não	Ind_FPE	,37
		Sim	Ind_FPE	,00
PSC	FPE	Não	Ind_FPE	,00
		Sim	Ind_FPE	,00
PTdoB	FPE	Não	Ind_FPE	,25
		Sim	Ind_FPE	,00

PRP	FPE	Não	Ind_FPE	,00
		Sim	Ind_FPE	.
PMN	FPE	Não	Ind_FPE	,00
		Sim	Ind_FPE	.
PDT	FPE	Não	Ind_FPE	,52
		Sim	Ind_FPE	,17
PHS	FPE	Não	Ind_FPE	1,00
		Sim	Ind_FPE	.
PR	FPE	Não	Ind_FPE	,50
		Sim	Ind_FPE	,00
PV	FPE	Não	Ind_FPE	,28
		Sim	Ind_FPE	,00
PPS	FPE	Não	Ind_FPE	,06
		Sim	Ind_FPE	.
PSOL	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	.
DEM	FPE	Não	Ind_FPE	,23
		Sim	Ind_FPE	,00
PSDB	FPE	Não	Ind_FPE	,03
		Sim	Ind_FPE	,00
PEN	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	.
PROS	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	.
SDD	FPE	Não	Ind_FPE	.
		Sim	Ind_FPE	.

Fonte: Elaboração Própria.

No caso dos demais partidos, os parlamentares da FPE seguem individualmente seus próprios interesses. Votam de acordo com a possibilidade de maximizar seus ganhos eleitorais em detrimento da orientação dos líderes partidários. Em votações nominais carregados de carga valorativa, a maioria pertencente à FPE é esmagadoramente contrária as orientações do governo, inclusive, segundo a tabela 5, entre aqueles que pertencem à situação. Nestes momentos, nem a força dos mecanismos centralizadores do congresso são capazes de impedir uma contrariedade tão intensa. Isto porque o maior interessado em questões valorativas tende a ser o eleitorado confessional que incentiva o seu *player* a não seguir as indicações

partidárias. Lembrando que as questões confessionais são temáticas que interessam diretamente as principais lideranças evangélicas.

4.4 O TIPO DE COMPORTAMENTO ENTRE OS DIVERSOS GRUPOS RELIGIOSOS DENTRO DO CONGRESSO

Com exceção das votações em plenário de cunho valorativo, o que ficou claro até este momento é que há uma tendência pró-governo entre a maioria dos integrantes da FPE. Queremos saber agora quais são as diferenças comportamentais de um grupo para o outro em relação à presidência.

Será que existem diferenças na forma como a bancada vota tendo como base o grupo religioso que um determinado parlamentar pertence?

Se levarmos em consideração os dados (ver tabela 6), podemos dizer que sim. De imediato, o que tem sido possível constatar é que não há um tipo de padrão de comportamento específico. Eles são bem diversos na maneira com que se posicionam diante dos interesses de governo. Desses, isolando-se somente os grandes grupos religiosos, a neopentecostal Universal é a que mais tende a votar segundo as pretensões da presidência (0,62), seguida de longe pela pentecostal Assembleia de Deus (0,48) e pela histórica Batista (0,43).

Em relação aos grupos menores, os que menos tendem a votar de acordo com os interesses da presidência são os luteranos (0,15) e os parlamentares da pentecostal e sectária Cristã do Brasil (0,23). Ao passo que os que mais tendem a apoiar são os parlamentares da Presbiteriana Renovada (0,79), do Brasil para Cristo (0,67) e da Cristã Evangélica (0,63).

TABELA 7
Taxa Média de Apoio ao Governo nas questões
seculares segundo os grupos que compõem a
Frente Parlamentar Evangélica

Filiação Religiosa	Índice Final
	Média
Assembleia de Deus	,48
Batista	,43
Universal do Reino de Deus	,62
Presbiteriana	,51

Presbiteriana Independente	,50
Evangelho Quadrangular	,40
Internacional da Graça de Deus	,48
Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra	,46
Não Declarado	,50
Metodista	,55
Cristã Maranata	,54
Batista Solidária	,57
Batista Getsêmani	,45
Batista Nacional	,60
Batista Independente	,62
Batista Caminho das Árvores	,48
Presbiteriana Renovada	,79
Luterana	,15
Renascer	,54
Nova Vida	,58
Cristã Evangélica	,63
O Brasil para Cristo	,67
Cristã do Brasil	,23
Mundial do Poder de Deus	,53

Fonte: Frente Parlamentar Evangélica/FPEBRASIL

Os mais significativos dentre esses casos são sem dúvida os parlamentares ligados a Universal do Reino de Deus. Uma vez que são, de longe, os mais articulados politicamente, inclusive em torno de partidos específicos e delimitados, na maneira de posicionar-se em determinadas questões. Dado o ínfimo índice geral entre todos os partidos no que diz respeito à média de apoio à Presidência, podemos considerar que a pontuação alcançada pelos parlamentares da IURD é extremamente relevante, em que pese, por outro lado, seja feito uma ressalva: os resultados desses dados estão diretamente relacionados ao fato deles permanecerem ao mesmo partido, o PRB. Saber em que medida os parlamentares estão localizados com base em suas ligações religiosas é interessante, mas deve-se tomar certos cuidados. No caso deste trabalho, esse objetivo foi secundário, já que tínhamos somente a vontade de observar comparativamente o comportamento dos vários parlamentares segundo os seus grupos religiosos. Por outro lado, o intuito principal foi cumprido. Chegamos à conclusão que os parlamentares confessionais possuem uma tendência comportamental egotrópica tanto em questões seculares quanto em questões confessionais. Com a salvaguarda

de que, nas votações confessionais nem o fato do governo deter sobre si os principais benefícios institucionais e mecanismos, fazem com que os mesmos mantenham o suposto compromisso político e a tendência favorável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos compreender em que medida os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica têm se comportado diante das orientações da Presidência e o que concluímos, segundo os modelos teóricos apresentados, foi que há uma tendência tênue por parte dos políticos confessionais em manter uma posição patogênica e egotrópica em relação ao funcionamento do processo legislativo. Nesse sentido, inclusive, foi fundamental a apresentação acerca dos modelos teóricos que revelavam os indicativos em torno dos reais incentivos que um parlamentar pode receber para agir de determinada forma dentro da atividade legislativa. Entre eles, lembramos o modelo de duas arenas (*two-arena model*), que enfatiza a importância das eleições como determinantes do comportamento legislativo e, do modelo de uma arena (*one-arena model*), que predispõe o comportamento como resultado de regras de restrição impostas pelos partidos.

Tanto nas questões seculares quanto nas valorativas, o que foi observado no padrão de votações parece-nos claro afirmar de que há um esvaziamento dos partidos políticos na estruturação da ação comportamental da maior parte dos parlamentares evangélicos. No caso específico das votações seculares, o que foi possível perceber é que entre eles há uma predisposição em votar segundo as orientações da Presidência independentemente de posições político-partidárias. Neste ponto, inclusive, pôde-se notar até setores da oposição pertencentes à FPE tendentes as orientações do Executivo.

A despeito de todos os incentivos institucionais que centralizam a decisão na mão dos líderes partidários, e que, de certa forma, reduz o campo de atuação dos parlamentares, o que parece plausível dizer é que há uma tendência, por parte do *political religious*, em maximizar suas possibilidades votando de acordo com a agenda do governo. Segundo este cenário, entende-se que o parlamentar confessional possui um comportamento pessoal e descentralizado influenciado pelas regras eleitorais e que assim o faz motivado pelos interesses em sua reeleição.

Porém, no caso das votações confessionais, embora o comportamento religioso não seja considerado menos egotrópico do que nas votações seculares, a orientação do parlamentar é terminantemente contrária aos interesses do Governo. Isso ocorre, ao nosso entender, pelo fato de que o parlamentar age ambicionando exclusivamente os seus ganhos junto a sua base eleitoral, considerada predominantemente conservadora.

Neste caso, inclusive, há uma congruência muito coesa das médias entre os adeptos da FPE, o que revela a força dos interesses religiosos no condicionamento comportamental. Aliás, parece que nem mesmo os custos políticos de tal posicionamento são capazes de restringir o nível de dissonância entre eles e o Governo; mesmo com isso, preferem o cálculo dos votos em detrimento da indicação de seus líderes partidários que, neste cenário, favorecem em sua maioria o Executivo. Embora sejam contrários ao Governo, vale ressaltar, porém, que entre os partidos mais procurados pelos religiosos, segundo as médias, alguns apresentam uma coesão entre os pertencentes à FPE e os não-pertencentes, o que indicaria uma possível preferência institucional dessas legendas com a causa confessional. Um deles, por exemplo, é o PRB, formado pela totalidade dos parlamentares filiados à Igreja Universal do Reino de Deus.

No mais, sustentamos que os parlamentares filiados a Frente Parlamentar Evangélica, tanto nas questões confessionais, quanto nas questões seculares, têm se revelado instáveis e altamente inconstantes em seus posicionamentos na Câmara dos Deputados. Nota-se, a partir do trabalho, o baixo nível de previsibilidade em função do esvaziamento dos partidos políticos na restrição e modulação do comportamento confessional.

REFERÊNCIAS

- AMES, Barry. “**Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress**”. *The Journal of Politics*, vol. 57, no 2, pp. 324-343, 1995.
- AMORIM NETO, Octavio. (2002), “**Presidential Cabinets, Electoral Cycles, and Coalition Discipline in Brazil**”, in S. Morgenstern e B. Nacif (eds.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 48-78.
- _____; SANTOS, F. (2001). **The Executive Connection: Presidentially-Defined Factions and Party Discipline in Brazil**. *Party Politics*, v. 7, n. 2, p. 213-234. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/218/21844203.pdf>. Acesso em: 22.jan.2009.
- BAQUERO, Marcello; AMORIM, Maria Salete Souza. **Cultura política fragmentada: o papel do capital social na democratização brasileira**. *Sociedade e Cultura*, v. 7, n. 1, 2007.
- BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros**. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, 2010.
- BOWLER, S. (2000), “**Parties in Legislatures: Two Competing Explanations**”, in R. Dalton e M. Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford, Oxford University Press, pp. 157-179.
- BURITY, Joanildo. Introdução. In: _____. **Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 3.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada**. *Revista USP*, n. 67, p. 100-115, 2005.
- _____. **Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil**. BURITY, JA; MACHADO, M. das DC (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, v. 1, p. 29-89, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CERVI, Emerson Urizzi. **Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 32, p. 159-177, 2009.
- COX, G. (1987), **The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England**. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. e MCCUBBINS, M. (1993), **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley, University of California Press.
- D’AVILA, Edson. **Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da paz**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo.

DE ARAÚJO SANTOS, Lyndon. **O protestantismo no advento da República no Brasil: discursos, estratégias e conflitos**. Revista Brasileira de História. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010.

DE JESUS OLIVEIRA, Daniele. **Do púlpito ao plenário: a trajetória dos líderes religiosos a administração pública, numa relação igreja e política no Brasil**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n. 3, 2009.

DE MATOS, Alderi Souza. **Breve história do Protestantismo no Brasil**. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FAIFA, v. 3, n. 1, 2011.

DEMOGRÁFICO, Censo. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010.

DE OLIVEIRA, Vivianne Souza. **O “Entusiasmo pela Educação” na Primeira República: uma perspectiva de progresso político-social no Brasil**. 2011.

DOWNS, A. (1957), **An Economic Theory of Democracy**. New York, Wiley.

DREHER, Martin. **“Protestantismo de imigração no Brasil: sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto”**. In: DREHER, Martin, org, Imigrações e história da Igreja no Brasil, Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

FERNANDES, Rubeneide Oliveira Lima. **Movimento Pentecostal, Assembléia de Deus e o Estabelecimento da Educação Formal**. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1995), **“Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 10, nº 29, pp. 175-200.

_____. (1997), **Presidential Power and Party Behavior in the Legislature**. Trabalho apresentado em encontro da Latin American Studies Association – LASA, Guadalajara, México.

_____. (1999), **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. São Paulo, Fundação Getulio Vargas Editora.

_____. (2000). **Presidential Power, Legislative Organization and Party Behavior in Brazil. Comparative Politics**, New York, v. 32, n. 2, p. 151-170.

_____. (2002). **Incentivos eleitorais, partidos políticos e política orçamentária**. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 303-339. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n2/10790.pdf>. Acesso em: 19.jan.2009.

FOERSTER, Norbert Hans Christoph. **Poder e Política na Congregação Cristã no Brasil: um pentecostalismo na contramão**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, v. 8, n. 8, p. 121-138, 2007.

FRANCESCON, L – cartas de março de 1942 e Junho de 1952, publicadas in: Resumo da convenção de 1936, Reuniões e ensinamentos de 1948, **Pontos de Doutrina e da Fé que uma vez foi dada aos Santos, Histórico da obra de Deus, revelada pelo Espírito Santo no século passado**. São Paulo, Congregação Cristã no Brasil, julho de 2002.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Campinas. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, 1993.

HAGGARD, S. (1995), **The Reform of the State in Latin America**. Trabalho apresentado na Annual World Bank Conference on Development in Latin America and Caribbean. Rio de Janeiro.

_____ e KAUFMAN, R. (1992), **The Politics of Economic Adjustment: International Shocks, Distributive Conflicts and the State**. Princeton, Princeton University Press.

JACOB, Cesar Romero. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Edições Loyola, 2003.

LAMOUNIER, B. (1989), **Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 80**. São Paulo, Loyola.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 1975.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo**. Dados, v. 48, n. 004, p. 737-776, 2005.

_____; FIGUEIREDO, Argelina. **Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo**. Dados, v. 48, n. 004, p. 737-776, 2005.

MAINWARING, S. (1999), **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford, Stanford University Press.

_____ e SHUGART, M. (1997), **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge, Cambridge University Press.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. R. (1995), **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. California, Stanford University Press.

MAYHEW, D. (1974), **Congress: The Electoral Connection**. New Haven, Yale University Press.

MARIANO, Ricardo. **Os neopentecostais e a teologia da prosperidade**. Novos Estudos, v. 44, p. 24-44, 1996.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso**. 2002. Trabalho apresentado no III Congresso Virtual de Antropología y Arqueología. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm, acessado em. Vol. 11. No. 9. 2002).

MENDONÇA, Antônio Gouveia, and Prócoro Velasques Filho. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. Edições Loyola, 1990.

_____. **O Celeste Porvir. A Inserção do Protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1995.

_____. **Protestantismo no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n.74, p. 160-173, junho/agosto 2007.

MENDONÇA, Emílio Zambon. **Igreja Pentecostal Deus é Amor: origens, características e expansão.** Dissertação de Mestrado: UMESP, 2009.

MENEGHELLO, R. 1998. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra.

MCDERMOTT, Monika L. **Religious stereotyping and voter support for evangelical candidates.** Political Research Quarterly, v. 62, n. 2, p. 340-354, 2009.

MONTEIRO, Yara Nogueira. **Congregação Cristã no Brasil: da fundação ao centenário, a trajetória de uma igreja brasileira.** Estudos de Religião, v. 24, n. 39, p. 122-163, 2011.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. **Coesão e disciplina partidária no Senado Federal.** Revista Dados, v. 54, n. 1, 2011.

ORO, Ari Pedro. **Neopentecostalismo: dinheiro e magia.** Ilha Revista de Antropologia, v. 3, n. 1, p. 071-085, 2010.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. **Uma breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro e suas tendências atuais.** In: Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. (2000), “**Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo. O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 43, pp. 45-67.

_____. **Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro.** Dados, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

_____. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **"Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000.** Estudos avançados, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

SEIXAS, Mariana Ellen Santos. **Protestantismo, política e educação no Brasil: a propaganda do progresso e da modernização.** Revista Brasileira de História das Religiões. Ano III, n. 7, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 22ª edição. SP: Malheiros, 2003.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional.** São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **D. João VI e a (não) abolição do tráfico de escravos para o Brasil.** In: Trabalho apresentado na seção "Políticas Joaninas" do IX Congresso da BRASA-Brazilian Studies Association. New Orleans. 2008.